

1
2
3 **MINUTA DE ATA DA 236ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
4 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA**
5

6 Aos onze dias de março de dois mil e nove, com início às quatorze horas e vinte minutos, realiza-
7 se a 236ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, no Auditório -
8 Convenções do Edifício Laucas. **Conselheiro Luiz Tadeu** - Cumprimenta a todos, dá início à
9 236ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. **Conselheiro Celso** – Reitera bem
10 vindo a todos com bastante energia para este ano. **I - Expediente – a) Correspondências**
11 **recebidas: 1) Ofício n.º 03/092ª RSM /SESA** – Informa que os conselheiros representantes da
12 2ª Regional de Saúde Metropolitana, Paulo César Alves de Azevedo e Almeida e Miriam Teixeira
13 de Freitas Bianco Erban, não poderão comparecer a 236ª reunião ordinária do CMS, devido a
14 compromissos anteriormente assumidos. **2) Ofício n.º 049/09 – SindSaúde** – Comunica os
15 nomes dos representantes dos trabalhadores estaduais da saúde que participam das comissões
16 temáticas do CMS: Comissão da Saúde Mental – Maria Laura de Veiga da Silva (titular) e Silvana
17 Silva Lima (suplente); Comissão de Assistência à Saúde – Juliana Chagas da Silva (titular) e
18 Regina Wansaucheki Mazzuco (suplente); Comissão de Orçamento – Mari Elaine Rodella (titular)
19 e Juliana Chagas da Silva (suplente); Comissão de Saúde do Trabalhador – Regina
20 Wansaucheki Mazzuco (titular) e José Carlos Nogueira (suplente); Comissão de Saúde
21 Ambiental – Wanda Sikorski Moscalewski; Comissão Intersetorial de RH – Soraia Reda Gilber
22 (titular) e Tânia Maria Machado (suplente); Comissão de Saúde da Pessoa com Deficiência -
23 Regina Wansaucheki Mazzuco (titular) e Cristina Muller (suplente). **Conselheira Eliane**
24 **Chomatas** - Cumprimenta desejando boa tarde a todos. **3) Ofício circular – n.º 003/2009 –**
25 **SMS2** - Informa que foi recebida correspondência da SMS comunicando que vai abrir inscrições
26 para remanejamento interno de colaboradores, de servidores de todas as categorias lotados em
27 exercício efetivo, no período de 02 de março a 13 de março. Esclarece que é um processo
28 normal da SMS toda vez que vai ter concurso. É aberto para que as pessoas possam mudar de
29 uma unidade para outra e possam ficar mais perto da sua residência, enfim, ver o local que
30 gostaria de trabalhar ou mudar de turno. É um processo realizado de maneira rotineira quando
31 tem concursos ou quando entrada de profissionais novos na rede. **Conselheiro Celso – 4) E-**
32 **mail – FAS – Secretaria Executivo dos Conselhos** – Informa do edital 01/09 CMAS – Conselho
33 Municipal de Assistência Social – divulgando a eleição não-governamental do CMAS com
34 inscrições de 02 a 13 de março, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, junto à secretaria
35 executiva dos Conselhos, na sede da Fundação de Ação Social, na rua Eduardo Sprada, 4520 –
36 Campo Comprido. **b) Informes diversos – Dr. Hermman** – Gostaria de passar um informe em
37 relação a uma medida provisória que tem uma votação prevista amanhã, na Câmara dos
38 Deputados, Câmara federal, que trata do DPVAT. No final do ano foi emitida uma medida
39 provisória trazendo como consequência a inviabilidade dos hospitais que tenham qualquer tipo
40 de convênio com o SUS de cobrar conta do DPVAT do seguro de acidente obrigatório de

41 acidentes automotivos. Isso trouxe um impacto para todos os hospitais que atendem urgência e
42 emergência e acidentes de trânsito no país inteiro. Isso é muito importante porque é uma parcela
43 pequena na composição dos honorários médicos e dos honorários hospitalares, mas é uma
44 parcela significativa para poder ajudar a custear a saúde no Brasil. Quem cobra o DPVAT não
45 pode cobrar do SUS, não é paralelo. Ou cobra pelo DPVAT, ou cobra do SUS; não existe
46 cobrança dupla. A medida provisória que pode se transformar em projeto de lei tem um impacto
47 porque esse dinheiro quem repassa é a Federação Nacional de Seguradoras. Gostaria de deixar
48 os membros do Conselho conscientes desse recurso que, de certa forma, vai cair para a conta
49 do SUS. Um acidente de automóvel que hoje é atendido no Hospital do Trabalhador que poderia
50 ser cobrado do DPVAT, não poderá ser feito. Já não é mais feito. No entanto, será cobrado do
51 SUS. **Conselheira Eliane Chomatas** – Sugere que isso seja pautado na Comissão de
52 Assistência para que seja esclarecido e debatido para depois se tomar os encaminhamentos
53 devidos. Menciona que é um assunto complexo, com várias facetas nesta questão, e entende
54 que precisa de um aprofundamento dessa situação para que depois, conforme for, retornar para
55 o Conselho. **Conselheira Anelise** – Menciona, como foi colocado na ata, houve um manifesto na
56 última reunião e que hoje falaria um pouco do esvaziamento da assembléia do Conselho na
57 última reunião. Os assuntos importantes, de alta relevância, que precisam ser tratados, não têm
58 quórum no final da reunião. A reunião é uma vez por mês e faz um apelo, encarecidamente, com
59 muito carinho, que cada um pense bem. Menciona que faz parte da Comissão de Assistência e
60 tem reunião que passa das 17h30. Tudo para que sejam apreciadas as matérias e trazidas para
61 a reunião do Conselho e elas acabam não sendo aprovadas por falta de quórum. Quando o
62 pessoal não estão lá fora para poder aprovar, que não está aqui ou vai embora. Entende que os
63 conselheiros precisam ter mais responsabilidades de estar aqui para aprovar a coisa importante
64 que depende da aprovação. **Conselheiro Wilmar** – Informa que sábado, dia 14 de março, das 8
65 as 12 horas, vai haver a capacitação pré-conferências locais de saúde na Rua da Cidadania do
66 Boqueirão, no auditório 2, e fica o convite para quem tiver interesse em comparecer. Menciona
67 que os conselheiros do Boqueirão solicitaram que fosse feito um agradecimento neste Conselho
68 à supervisora Edite, que permaneceu naquele Distrito Sanitário por três anos e agora foi
69 transferida para o Distrito Sanitário do Bairro Novo. Menciona que essa capacitação, inclusive,
70 tem muito haver com ela e agradece pelo esforço durante os seis anos da supervisora Edite.
71 Agradece a presença da Neucimary nas duas últimas reuniões, que vem abrilhantado a reunião.
72 Entende que é um crescimento e agradece a SMS. Menciona que a subcomissão do CMUM
73 Boqueirão tem um relatório de atividades de 2007 e está em aprovação o relatório do ano
74 passado. Tem se dado algo muito importante lá dentro e reforça os agradecimentos a Neucimary.
75 **Conselheira Wanderléia** - Menciona que gostaria de fazer três colocações sendo a primeira
76 referente ao esvaziamento, reforçando as palavras da conselheira Anelise, porque fica difícil. As
77 comissões fazem o trabalho de apreciar e depois trazem para a reunião do Conselho. E não tem
78 quorum para aprovar os temas abordados... Até o próprio regimento prevê o término das

79 reuniões às 17 horas, só que como a mesa-diretora tem apurado as reuniões, as mesmas têm se
80 encerrado entre 16 horas e 16h30, mas o horário é até as 17 horas. Por isso pede para que os
81 conselheiros se programem. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Complementando a fala da conselheira
82 Wanderléia lembra que, pelo regimento interno do CMS, há mais meia hora de acordo com a
83 aprovação da assembléia, podendo então se estender a reunião até 17h30. **Conselheira**
84 **Wanderléia** – O outro item é com relação ao regulamento das Conferências Locais de Saúde,
85 que foi amplamente discutido na reunião anterior. E, devido a aprovação de um item para ser
86 incorporado no regulamento no seu artigo 9º, parágrafo 2º, o documento ficou com a seguinte
87 redação: “As entidades poderão inscrever segmentos ou grupos e o parecer é feito pela
88 comissão organizadora”. Só que o seu artigo 3º prevê “Cada entidade poderá inscrever somente
89 um titular e um suplente”. Entende que os dois artigos se tornam conflitantes e visto que a
90 discussão já foi. Cita como exemplo a entidade uma associação de moradores, que envolve a
91 comissão executiva e mais doze departamentos. Isto quer dizer que a associação de moradores
92 vai ter mais 24 representantes na Conferência Local de Saúde. Só que tem o seguinte: eu vou
93 ser o titular do departamento de esporte mas da entidade associação de moradores. É isso que
94 está tendo de entendimento. Por mais que se tenha 24 departamentos, a inscrição tem que ser
95 feita por um titular e um suplente da entidade e os departamentos fazem o revezamento na
96 participação na seqüência dentro do CLS. Menciona que os artigos são conflitantes e também
97 entende que não cabe à Comissão Organizadora tomar partido de um lado ou de outro nessa
98 situação porque jamais vai dizer que não. **Márcia Steil – coordenadora da Comissão de**
99 **Comunicação e Formação** – No seu entendimento não é conflitante porque é a entidade.
100 Porque quando lá na frente coloca grupo é um grupo autônomo onde tem uma organização de
101 trabalho própria. Se a conselheira Wanderléia diz que não é isso que diz o regulamento sugere
102 que seja feita uma leitura e esclarecimento aonde existe a dúvida. No seu entendimento, não há
103 e realmente cada entidade pode inscrever somente um titular e um suplente. **Conselheira Eliane**
104 **Chomatas** – Sugere que a Márcia e a conselheira Wanderléia peguem o regulamento e tentem
105 esclarecer essa situação para ver se realmente fica uma dúvida ou não. Pede para que a
106 conselheira Wanderléia que quando tiver alguma situação dessa que se traga um pouco antes
107 para ver se vai ser pautado de novo, enfim se aí se esclarecer. Não que esteja errada a sua
108 observação. Já que não está claro para você, entende que para todos essa situação tem que
109 ficar clara. A sugestão é de que conversem para ver se fica claro e depois se dá um
110 esclarecimento para todos porque é um assunto que não está na pauta e fica difícil de
111 administrar nesse momento. **Conselheira Wanderléia** – Menciona que a outra questão é que
112 seja esclarecida como ficaria a posição da Comissão de Orçamento diante dos fatos que estão
113 expostos. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que é algo que está na pauta e na seqüência
114 será dada a resposta. **Conselheiro Carlito** – Convida os conselheiros para participarem da I
115 Conferência Municipal do Emprego e Relações do Trabalho em Curitiba, que estará acontecendo
116 a partir do dia 12 de março, tendo abertura e credenciamento a partir das 18 horas. **Conselheira**

117 **Mariliane** – Gostaria de perguntar para a mesa-diretora sobre o ofício que a ABRASA enviou
118 perguntando qual a situação que a entidade se enquadra (no segmento de prestador de serviço
119 de saúde ou no segmento de trabalhador). As conferências estão chegando e a entidade precisa
120 de uma resposta para poder se enquadrar. **Conselheiro Timóteo** – Convida os conselheiros
121 para participarem da I Conferência Municipal do Emprego e Relações do Trabalho em Curitiba,
122 que estará acontecendo a partir do dia 12 de março tendo abertura e credenciamento a partir das
123 18 horas. Na questão que foi levantada pela conselheira Wanderléia, com relação a entidades e
124 grupos, também gostaria que fosse revisto ou voltasse a ter um diálogo a respeito desses grupos
125 porque também não acha justo. Ou se abre para todos os grupos ligados às entidades para se
126 inscreverem e terem direito a voto, ou só para entidade legal, com registro, ata e estatuto se ter o
127 direito de um voto e um suplente. Menciona que da maneira que está dá liberdade para se
128 inscrever e depois é cortado. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que já foi feita uma votação,
129 com discussão do assunto e ressalta que pelo menos hoje na pauta não consta essa discussão.
130 **Conselheira Eliane Chomatas** – Gostaria de compartilhar com os presentes que nesse
131 momento está ocorrendo um evento em comemoração aos dez anos do Programa Mãe
132 Curitibana. Uma situação que está sendo colocada lá e que tem que compartilhar aqui é a
133 diminuição da taxa de mortalidade infantil em que se conseguiu chegar abaixo de dois dígitos e
134 que era uma meta do programa. Menciona que o Conselho participa ativamente de todas as
135 questões e desses avanços que foram feitos durante os anos de dez anos de construção que
136 teve na situação do SUS, especificamente do Mãe Curitibana, a Comissão da Saúde da Mulher e
137 todos acompanharam esse processo, e entende que tem que ser colocado e compartilhado esse
138 avanço assim como todos os servidores da SMS. Que fique registrado como também todos os
139 parceiros (está aqui presente o dr. Hermann, do Hospital do Trabalhador), enfim, que todos os
140 parceiros, os servidores, o CMS, compartilhando com a SMS esse resultado que é uma situação
141 que deve ser bem colocada. Menciona que, como não podemos estar presentes nos dois
142 eventos (a reunião do Conselho e o evento da SMS), nesse momento será colocada lá a questão
143 do Mãe Curitibana, pai presente no pré-natal, que é uma situação que incorpora, estimulando o
144 pai no acompanhamento do pré-natal. É uma questão bem importante para que se possa
145 resgatar todas as questões de família e isso também tem a ver com a questão de violência;
146 enfim, resgatar bastante a questão da família. O entendimento que se tem é que nesse momento
147 em que se chegou o Programa Mãe Curitibana também é importante dar uma reforçada na
148 questão do pai. **Conselheiro Evilásio** – Gostaria de pedir à mesa que, toda vez que alguém
149 solicitasse para falar, que pedisse para posicionar no lado em que todos os presentes na plenária
150 possa ver quem está falando. Diz que fica triste de ver que a data comemorativa dos dez anos do
151 Programa Mãe Curitibana, uma luta, um trabalho feito por este Conselho, durante um bom
152 período, que tenha sido no mesmo horário e na mesma data, ceifando os conselheiros, as
153 entidades, de estarem participando (do evento). E o senhor secretário de saúde deveria estar
154 aqui neste Conselho para também lembrar e agradecer aos conselheiros por essa data. É uma

155 conquista de Curitiba, de todos. Não é só da prefeitura, não é só da SMS, não é só de ninguém...
156 Isso é uma conquista de todos. Então se manifesta nesse sentido de que poderia ser agendado
157 uma data pelo menos pela manhã. Se é no mesmo dia tudo bem, mas não no mesmo horário.

158 **Conselheira Eliane Chomatas** – Esclarece que se tentou uma outra data, precisava de um lugar
159 grande para fazer o evento para acomodar um número representativo de gestantes porque a
160 ideia é de que elas fossem com os parceiros. E o fato de termos conseguido um local gratuito
161 também interferiu nesta questão. Ressalta que quando colocou o assunto fez os agradecimentos,
162 não colocou que é um mérito só da SMS, e entende que tem que ser compartilhado com todos e
163 por isso fez questão de colocar como informes com o objeto de compartilhar com todos. E a
164 mesma coisa está acontecendo no evento: vai ser compartilhado com as maternidades, com o
165 Conselho Municipal (sendo representado pela Comissão de Saúde da Mulher) e servidores
166 porque é uma situação de todos. E, infelizmente, não se conseguiu outra data porque também
167 gostaria de compartilhar essa situação, mas tem compromissos com o Conselho, que é de
168 grande importância, porque nesse espaço ocorrem deliberações importantes. Todo mundo fez
169 um esforço grande e com assuntos pertinentes fez com que os conselheiros estivessem aqui
170 hoje. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que na reunião anterior não teve quorum e a mesa-
171 diretora teve que fazer encaminhamentos “*ad referendum*”. Informa quais foram os documentos:
172 a) declaração de ratificação para a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba frente à
173 declaração técnica no tocante ao convênio 147/2005 para a aquisição de equipamento de
174 hemodinâmica e enfatiza que o documento estará disponível para quem quiser. b) declaração
175 para o Hospital Pequeno Príncipe relacionado a três pré-projetos inscritos no Ministério da Saúde
176 no valor total de R\$ 3.420.000,00 (três milhões quatrocentos e vinte mil reais) e ressalta que o
177 documento também está à disposição de quem quiser verificar; c) indicação do conselheiro Celso
178 Luiz Gonçalves dos Santos Júnior para participar do Seminário Controle Social em Tuberculose –
179 Região Centro Sul, que ocorrerá nos dias 15 e 16 de abril, na cidade de Porto Alegre; d)
180 indicação dos conselheiros Ivo Antonio Rodrigues (titular) e Wanderléia M. S. França (suplente)
181 para compor o Comitê de Ética em Pesquisa da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba.

182 **Conselheira Edvirges** – Gostaria de tornar suas palavras do conselheiro Evilásio as suas
183 palavras. E dar um informe sobre a semana que teve o Dia Internacional da Mulher, juntamente
184 com a Comissão de Saúde do Idoso e da Comissão da Saúde da Mulher. Tomaram a decisão
185 que não poderiam fazer uma festa e então foram comemorar na Boca Maldita junto com outras
186 ONGs que defendem a questão da saúde da mulher. Na questão da aids estamos vendo as
187 estatísticas apontarem que acima de 50 anos a população está se infectando mais. Foi um
188 evento que ocorreu no dia 06 de março, das 9 horas às 16h30, e foi muito proveitoso trabalhar
189 em nome do Conselho, distribuindo camisinha, e alertando a população sobre o perigo do
190 contágio e orientando como pode ser conversado com os seus pares, os seus companheiros em
191 casa. Menciona que também foi tomada uma decisão na Comissão de Saúde do Idoso, também
192 reforçando a questão que a camisinha feminina, parece que não está sendo muito bem divulgada

193 pelo Ministério da Saúde e na SMS. Então, foi pedido às mulheres que lá estiveram que façam
194 uma pressão nas Unidades Municipais de Saúde (UMS) para solicitar a camisinha feminina, para
195 tornar um movimento forte, conclamando ao secretário da saúde e à mesa-diretora deste
196 Conselho para que ajudem nessa batalha porque as UMS não estão fornecendo a camisinha
197 feminina. Agradece e acha que o Conselho foi bem representado. **Conselheiro Luiz Tadeu** –
198 Nesse momento está passando o item pauta do dia e antes, da aprovação da minuta da ata, tem
199 a sugestão de inclusão de pauta (após a aprovação da minuta) que diz respeito ao
200 esclarecimento sobre o desvio de recursos da PMC. Pergunta aos conselheiros se concordam
201 com a inclusão como segundo ponto de pauta. **Aprovado por unanimidade. II – Ordem do dia**
202 **– 1) Aprovação da minuta da ata da 235ª reunião ordinária do CMS – conselheiro Celso** –
203 Pergunta aos conselheiros se existe alguma observação a ser feita. **Conselheira Juliana** -
204 Menciona que na linha 678 foi feito o pedido de conferência de quorum, porém na continuidade
205 da minuta não consta o valor da contagem de quorum. Não consta que foi feito e quanto que deu,
206 quantos conselheiros estavam presentes no momento. Questiona se não consta o número da
207 contagem. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Pergunta se não seria suficiente, pois não lembra se foi
208 realizada a contagem, mas se é suficiente o que está descrito: não há quorum. Ressalta que na
209 minuta da ata está escrito que não há quorum e a partir do momento que não há quorum
210 pergunta se importa o número de cidadãos. **Conselheira Juliana** – Menciona que está escrito na
211 ata: solicita a conferência de quorum, pois, conforme regimento do Conselho, não há quorum.
212 Entende que tem que ser colocado que foi conferido e que realmente não havia quorum.
213 **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que está escrito na ata que não há quorum e que a partir
214 daí não se aprovou mais nada. **Conselheira Juliana** – Menciona que está escrito que ele solicita
215 porque ele acha que não há quorum. A mesa referenda que não há quorum e entende que é
216 necessário. Pede esclarecimento na linha 1.072 quando a mesa diz: apreciação da declaração
217 por “*ad referendum*”. A mesa, inclusive, falou que é o artigo 27 do regimento do Conselho. E daí
218 lendo o artigo 27 está escrito assim: Os casos omissos deste regimento interno serão resolvidos
219 em reunião da mesa-diretora “*ad referendum*” da plenária. Gostaria que fosse explicado o que
220 exatamente a mesa-diretora considerou como caso omissos do regimento. **Conselheiro Luiz**
221 **Tadeu** – Coloca que não sabe se é considerado caso omissos no regimento. Acontece que
222 decisões devem ser tomadas. Pode não estar escrito no regimento, por exemplo, se tivesse
223 assunto com prazo vencendo e que precisava de colocar e aprovar ou não. Isso não está escrito
224 no regimento, mas como é um assunto que não está especificado, é preciso tomar um
225 posicionamento e não teve quorum. Pergunta o que poderia ter sido feito. **Conselheira Juliana**
226 – Menciona que poderia ser chamada uma reunião extraordinária antes do prazo. Menciona que
227 na ata consta um pedido de reunião extraordinária, mas a mesa-diretora opinou por usar o *ad*
228 *referendum* que é dos casos omissos do regimento e não nos casos omissos de quorum.
229 **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que foi uma tomada de posição, o material está a
230 disposição. A conselheira pode não concordar, mas o material que foi aprovado *ad referendum*

231 encaminhado está aqui a disposição. Pode ser verificado e opinar. Ressalta para a conselheira
232 Juliana que não se pode ficar parado e tem que fazer a coisa funcionar. **Conselheira Juliana** –
233 Menciona que fica como sugestão para que, da próxima vez que a pauta não for cumprida ou
234 que houver falta de quórum, seja feito o chamamento da mesa-diretora para uma reunião
235 extraordinária. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Entende que o que a conselheira Juliana está falando
236 está correto. Quando tem um problema que requer aprovação tem que ser chamada uma reunião
237 extraordinária, só que do jeito que as coisas estão indo, todo o mês vai ter que ter uma
238 extraordinária. Os conselheiros é que terão que decidir. Conforme o que foi colocado por dois
239 conselheiros (de chamar a nossa atenção a respeito de quorum), ela está correta em falar que
240 tem que ser resolvido assim. Complementando o pedido de dois conselheiros com o mais o dela
241 aqui agora, a gente mantém o quorum e assim poderemos trabalhar de uma forma como está no
242 regimento. **Conselheiro Lucas** – Menciona que o Adilson fez uma coisa muito importante: pedir
243 conferência de quorum e estava no momento e foi relatado pela mesa-diretora de que não seria
244 aprovado mais nada. E no final da plenária foi dada a informação de que iria ser encaminhado
245 por *ad referendum*. Menciona que tem um outro entendimento do que seria *ad referendum* e
246 gostaria que a mesa-diretora explicasse melhor o que entende por isso porque vai depender
247 desse referenciado pela plenária aqui. Diz que se espanta bastante porque a conselheira Iara
248 pediu para que tivesse uma reunião extraordinária e na ata não consta nada sobre uma resposta
249 à conselheira. O Fórum Popular de Saúde é totalmente contrário que as coisas sejam
250 encaminhadas dessa forma por não ter propiciado uma discussão. Menciona que nas outras
251 reuniões tem vindo aqui pedir para que a gente tenha parecer, justamente para que não se vote
252 as coisas no escuro. E não está dizendo que é o caso desse convênio aqui, mas porque
253 acontece de acabar referendando sem discutir; ou aprovam-se as questões sem ter base para
254 poder votar aquilo, como muitas vezes acontece aqui. A própria prestação de contas aqui tem
255 aquele item “diversos”, que não explica direito o que é, e uma série de questões... Daí, o dinheiro
256 vai embora e a gente acaba respaldando isso. Não está dizendo que isso é um problema da
257 comissão, mas a gente tem que discutir as coisas muito bem. Queria deixar aqui que o Fórum
258 Popular é contrário a encaminhamentos desse tipo. A gente tem estado presente e a gente tem
259 que na pauta de orçamento, discutir melhor como que a gente vai fazer para encaminhar melhor
260 isso aí. Chegou aí um ofício do SindSaúde e a gente tem discutido junto com os outros sindicatos
261 também para que se tenha uma proposta mais detalhada já existem modelos mais detalhados
262 para a gente poder discutir o orçamento para que não aconteça esse tipo de coisa. **Conselheiro**
263 **Luiz Tadeu** – Coloca para o conselheiro Lucas que ele está na lista também daqueles que estão
264 puxando a orelha dos conselheiros. Isso é bom e continue assim. Reforça que o mesmo participe
265 das comissões, pois nelas se discutem os assuntos e o item “diversos” é destrinchado.
266 **Conselheiro Lucas** – Menciona que também está puxando a orelha da mesa-diretora, só para
267 deixar claro. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que é sim de todo mundo. **Irene – dirigente**
268 **sindical do SISMUC** – Menciona que o SISMUC vem deixar público e gostaria que constasse

269 em ata sobre essa questão do *ad referendum* que o posicionamento do SISMUC é contrário. Não
270 só o *ad referendum* como a providência tomada porque entende que tem que se ter a
271 responsabilidade. A conselheira da entidade é a Ivone, mas vem falar em nome da entidade
272 também porque tudo que envolve dinheiro o Conselho pode ser corresponsável. Então a mesa-
273 diretora leva para si uma responsabilidade muito grande em aprovar convênio, em aprovar
274 emenda parlamentar sem passar pelo plenário e a gente não quer isso, nem para a mesa-
275 diretora e nem para os conselheiros. Quer manifestar o desaproço pela atitude e pela tomada
276 porque o mais sensato seria mesmo a convocação de uma reunião extraordinária. Ou se o
277 assunto fosse tão imprescindível que fosse o primeiro ponto de pauta na reunião do Conselho.
278 **Conselheira Ivone** – Como representante acha que a mesa-diretora lembra que foi uma das
279 primeiras pessoas a se colocar sobre a questão das pessoas não terem o compromisso de quem
280 estava aqui, dos conselheiros não terem o compromisso de ficarem até o final. Em outros
281 momentos, íamos até às 17 horas e 30 minutos. Cita que quando sai do seu local de trabalho e a
282 equipe tem que fazer a escala, então, a obrigação é de estar aqui. Menciona que concorda que o
283 encaminhamento poderia ter sido diferente, mas ninguém, não lembra de alguém ter sugerido, e
284 a mesma também não sugeriu. Menciona que os conselheiros brigam nas Conferências porque
285 cada um quer ocupar um lugar. Agora, quando chega a hora de ficar aqui, de discutir (ela mesma
286 é uma das conselheiras que mais cobra a questão de rever isso, de discutir) as pessoas vão
287 embora. Então, tem que rever a posição de cada conselheiro aqui, usuário, trabalhador, gestor e
288 prestador. **Conselheira Edevirges** – Menciona que estava na reunião, gostou do que a Ivone
289 falou. Não está aqui para defender ninguém, mas a responsabilidade está em cada um. A
290 entidade brigou, lutou, a mesma criou confiança da entidade para poder representá-los no
291 Conselho. O que aconteceu aquele dia é que foi pedido a contagem de quorum e não existia
292 quorum. A mesma estava presente e, dos demais que estavam, ninguém solicitou, mesmo que
293 fosse realizada uma outra reunião extraordinária. O presidente do Conselho comentou que ficaria
294 *ad referendum* porque teriam coisas que eram prioridades. Coloca que gostaria que cada um
295 tivesse em seus corações que não estamos aqui para brincar de conselheiro ou só para que a
296 nossa entidade tenha o nome no Conselho. Nos vamos chegar aqui para a reunião e não vamos
297 inverter a pauta como foi pedido. Só em caso de muita urgência, mas que a gente possa ficar até
298 pelo menos o teto que é estipulado para a realização da reunião, que é para isso que as nossas
299 entidades nos liberam. Se for para ter uma extraordinária toda vez que não tiver quorum, se toda
300 vez na reunião os conselheiros forem embora antes, vamos ter extraordinária da extraordinária
301 porque se acontecer a mesma coisa não vai ter quorum do mesmo jeito. Pede desculpa, mas
302 todos têm que ter a responsabilidade para aprovar as coisas junto com a mesa-diretora.
303 **Conselheiro Ribeiro** - Menciona que, inclusive, sugeriu na Comissão que fosse providenciado
304 (...). Alguém foi contra porque fere o regimento, mas gostaria que a mesa-diretora estudasse uma
305 coisa sobre esse negócio dos conselheiros para ter duas listas: uma lista logo que chega e outra
306 lista pelas 4 horas (16 horas) para verificar se o pessoal (está presente) e cobrar desse pessoal.

307 Cada Distrito Sanitário sempre elege três conselheiros. Por exemplo do DS Boa Vista sempre
308 estamos aqui (Luiz Tadeu, Ribeiro e Marchand). Tem que ser cobrado para eles combinarem
309 para que o dia que um sair, o outro ficar. Gostaria que fosse estudada a proposta das listas.
310 **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que na fala da Eliane entende que pode ser dado o
311 encaminhamento da reunião. **Conselheira Eliane Chomatas** – Menciona que gostaria de
312 lembrar as questões e depois dar encaminhamento para essa situação que é o seguinte: na fala
313 da Lara, quando ela colocava a questão, fez um questionamento para a mesa-diretora. As
314 pessoas que estavam aqui naquele dia podem estar colocando que talvez não tenha ficado muito
315 clara a redação, mas é o que foi falado, na forma como ela se explicou, que era a seguinte
316 situação: ela questionou a mesa-diretora o porquê do tamanho da pauta, sendo que ficariam
317 (pendentes) alguns assuntos que não seriam colocados aqui. E que, então, por que a mesa-
318 diretora, com a questão da pauta, não propôs uma reunião extraordinária? Ela colocou que em
319 situações como essa, havendo uma pauta grande, que fosse colocado, proposto pela mesa-
320 diretora, uma reunião extraordinária. Foi essa a intenção da Lara neste texto que saiu daqui. O
321 que a mesa-diretora disse naquele momento é o que está colocado aqui. Que a gente sempre
322 pesa na pauta e que, quando foi feita a contagem de quorum, a reunião não estava no seu
323 término, que eram ainda 16h30. Em relação à questão da ata realmente viu todas as questões e
324 falta realmente, acha que não foi falado naquele dia porque deu toda aquela confusão. Vamos
325 ser sinceros porque todo mundo ficou preocupado com os encaminhamentos. Foi desagradável
326 realmente saber que naquele momento os conselheiros já não estavam aqui. O que acontece na
327 ata não consta e a Silvana me diz que na fala não apareceu esse tipo de relato. Não há quorum
328 no momento. Acha difícil mudar uma ata de uma coisa que tem um registro, já que tem uma ata
329 gravada. Sugere que para não ficar nessa questão, já que não foi colocado, e acha que é um
330 momento importante, que seja feita uma declaração do Conselho dizendo que naquele momento
331 que está constando na ata foi verificado quorum realmente e constatado que não havia quorum
332 naquele momento. Por que mexer numa ata que está escrita já que ela foi gravada? Depois
333 começa a ter um encaminhamento de mudar a ata, que é bastante complicado. Tem que se ter
334 uma seriedade com as próximas coisas que vai-se aprovar aqui. Então, entende que não dá para
335 mexer na ata. Pergunta aos conselheiros Juliana e Lucas se os contempla fazer uma declaração
336 pela mesa-diretora (e talvez até com todos os que estavam presentes aqui naquele final de
337 reunião) apontando que realmente foi verificado quorum e que daí foi constatado que realmente
338 não havia quorum naquele momento. Menciona que a recomendação que foi feita (e inclusive
339 isso a gente tem que tomar o cuidado na hora das contagens), uma coisa importante para todos
340 aqui, inclusive para secretaria executiva, é que na hora que seja feita alguma contagem em que
341 as pessoas falem no microfone para ficar gravada a contagem ou que alguém registre, ou chame
342 a atenção da mesa-diretora, para que passe dessa forma, pois é uma coisa que a gente tem que
343 rever mesmo. **Conselheira Juliana** – Menciona que tem que discordar quando é falado que a
344 ata não pode ser alterada porque é enviada uma minuta de ata exatamente para que a gente

345 verifique aquilo que tem que ser alterado. **Conselheira Eliane Chomatas** – Menciona que não
346 diz que ela não pode ser alterada e pede então para a conselheira Juliana junto com a Silvana
347 escute a fita para poder verificar. Diz que a situação é essa: verificar a questão na fita, ver se
348 realmente consta a situação, se o Luiz Tadeu falou, se tem o número, porque não se pode criar
349 uma situação. Tem o fato que realmente não existia o quorum. **Conselheira Juliana** – Se
350 compromete a vir escutar a fita com a Silvana. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Menciona que o único
351 problema até agora é que nós sabemos que não teve quorum, as pessoas que aqui presentes
352 estavam, quem que está nos impedindo de aprovar essa ata do jeito que está. Já houve puxão
353 de orelha para tudo quanto é lado, estamos com pauta aqui para vencer e o problema está bem
354 pequeno depois de toda essa discussão. **Conselheiro Lucas** – Está fazendo a solicitação de
355 que a mesa-diretora esclareça o que entende por *ad referendum*. **Conselheiro Luiz Tadeu** –
356 Pergunta se na próxima reunião pode ser trazido para os conselheiros de forma jurídica tudo
357 isso. **Conselheiro Lucas** – Se for dessa forma entende que não dá para aprovar o convênio.
358 Como que a gente aprova um negócio que a gente não sabe o mecanismo de aprovação?
359 Menciona que está claro na linha 1043 que falaram sobre a questão de uma reunião
360 extraordinária. Pediu um esclarecimento da mesa do que é *ad referendum*, esta forma de
361 encaminhamento e deixa bem claro que o Fórum Popular de Saúde é contrário em encaminhar
362 os coisas dessa forma. Acredita que tem que ter discussão para entender o porquê que está
363 aprovando aquele convênio. Até porque se a gente for ver pelo orçamento que foi encaminhado,
364 não é bem esse termo orçamento, aqui 43% mais ou menos dos recursos vão para os convênios.
365 Isso é para ter um caráter complementar e está tendo um caráter gigantesco. Isso abre porta
366 para uma série de coisas altamente problemáticas. Então o que está questionando e gostaria que
367 a mesa-diretora respondesse o que entende por *ad referendum* porque se a gente não tem o
368 entendimento, como é que vai encaminhar por esse mecanismo. **Conselheira Anna Paula** –
369 Gostaria de fazer um esclarecimento. Acha que está sendo confundida uma situação de convênio
370 de questão orçamentária com o que tivemos aqui. Então, como esclarecimento, diz que por
371 determinação do Ministério da Saúde, os convênios que as entidades filantrópicas e as entidades
372 públicas celebram com o Ministério da Saúde, devem ser apresentados aos Conselhos de
373 Saúde, eles estão sujeitos aos órgãos de controle externo – Tribunal de Contas da União,
374 DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria) e, ao final do convênio, quando se conclui o
375 objeto ele deve ser ratificado pelo Conselho de Saúde daquela instância. Então essas duas
376 questões que tivemos na última reunião não dizem respeito a recursos financeiros que tenham
377 entrado no Fundo Municipal de Saúde. Nestas duas questões o convênio 147 do Hospital
378 Universitário Evangélico é um convênio que foi celebrado diretamente entre esta entidade –
379 Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba – e o Ministério da Saúde sem nenhum recurso
380 financeiro da PMC. Não há contrapartida do município. Este recurso tem um convênio direto
381 Ministério da Saúde e Sociedade Evangélica para adquirir um equipamento de hemodinâmica.
382 Este equipamento foi fotografado, tem a nota fiscal, o processo licitatório, o processo de compra

383 é de responsabilidade de controle externo do Tribunal de Contas da União. Aconteceu tudo isso
384 entre Ministério da Saúde e SEB. Ao final desse processo, para que se encerre o convênio e se
385 archive, há a necessidade, por determinação do Ministério da Saúde, de uma portaria, que o
386 Conselho Municipal de Saúde tenha a ciência que este convênio aconteceu e que o dinheiro foi
387 depositado na conta da empresa, que a empresa prestou conta e cumpriu o objeto e se ela tem
388 saldo a devolver. Então, para não ter confusão nisso que o conselheiro Lucas está levantando,
389 que estes convênios estão trazendo uma polêmica. Pede perdão mas parece fora de propósito
390 porque não diz respeito ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde. Quero deixar claro ao
391 conselheiro Lucas porque você já colocou por várias vezes a posição da sua entidade, mas o
392 termo que era o objeto de análise na reunião passada tinha um prazo para a entidade fazer o
393 recolhimento das sobras do dinheiro no Ministério da Saúde e este Conselho – que às 16h30 não
394 tinha mais quorum com horário até às 17 horas, sendo prorrogável até as 17h30 inha uma
395 responsabilidade com a entidade, que tem que recolher o dinheiro que sobrou. Então foi esta a
396 situação, a Comissão de Assistência apreciou e nos tivemos até um desentendimento de
397 pessoas na última reunião em relação a isso. Não entende que isso interfira nas questões que o
398 conselheiro Lucas está colocando. Outra situação diz respeito a pré-projetos, que é o segundo
399 ponto de dúvida aqui, com relação a pré-projetos apresentados pelo Hospital Pequeno Príncipe.
400 O pré-projeto é uma intenção da entidade, não existe o convênio, o Ministério não deu ok, é uma
401 intenção, é uma linha de crédito de convênios que o Ministério da Saúde abre no site, na internet.
402 E todas as entidades filantrópicas ou públicas que olham as linhas de crédito e se interessam por
403 apresentar pré-projetos para obter recursos vão lá no site e cadastram os projetos. Então, neste
404 caso nós temos aqui um pré-projeto do Hospital Pequeno Príncipe no valor de três milhões de
405 reais que ele almeja comprar um equipamento de ressonância magnética. Ele não tem convênio,
406 ele não sabe se esse dinheiro vai sair, mas ele lança uma expectativa de que gostaria que o
407 Ministério da Saúde custeasse. Quando ele lança essa vontade, esta intenção de firmar um
408 convênio com o Ministério da Saúde, é de obrigação da entidade comunicar ao Conselho
409 Municipal de Saúde para que o Conselho Municipal avalie se aquele objeto de desejo, da
410 intenção (uma reforma, um equipamento), se ele está condizente com a política de saúde. O
411 município não coloca nenhum recurso. É só um esclarecimento para que não misture esta
412 situação da prestação de contas, do pagamento e da distribuição das receitas com pré-projetos e
413 com declaração de ratificação técnica. **Conselheira Eliane Chomatas** – Menciona que gostaria
414 de complementar que quando fala da mesa-diretora ter aprovada *ad referendum* é que esta
415 situação primeiro a questão da ratificação realmente que deveria estar sendo aprovada mas que
416 tinha uma situação de quantitativo, recurso financeiro e prazo. Ressalta que tinha toda uma
417 documentação junto com essa situação. Ninguém aprova aqui sem estar olhando. Então, tem
418 toda uma documentação, inclusive com fotos do aparelho, com data tirada na questão aqui, nota
419 fiscal do aparelho que foi adquirido pelo hospital, que foi tirado *in locu*, então acha que existe
420 uma responsabilidade sim das pessoas que estão aqui. Todos e inclusive da mesa-diretora

421 quando realmente aprova ou coloca *ad referendum* ou coloca na plenária para questão da
422 aprovação e encaminhamento das situações. **Conselheiro Lucas** – O que está questionando é a
423 forma de encaminhamento por *ad referendum* e por isso pediu um esclarecimento. Agradece o
424 esclarecimento de como são os trâmites da SMS, mas o que está questionando é a forma de se
425 encaminhar as coisas dentro do Conselho. Não está dizendo que as pessoas são irresponsáveis,
426 que elas não olham os documentos, que não tem foto, nada disso. O que está dizendo é que a
427 nossa entidade (a dele) considera que é antidemocrático esta forma de encaminhamento e daí
428 pediu um esclarecimento e o senhor já falou que na próxima reunião irá fazer. **Conselheiro Luiz**
429 **Tadeu** – Menciona que iria fazer a respeito do *ad referendum* uma palavra que de certa forma
430 tem que trazer uma pessoa jurídica para fazer isso e de acordo. **Conselheira Marilaine** –
431 Menciona que queria que na resposta da mesa-diretora e o SindSaúde mandou um documento
432 (que está com a Silvana) que é o seguinte: no nosso entendimento – e até para a Anna Paula
433 ajudar a mesa-diretora – entende que o regimento foi ferido. Esse é o entendimento e que quer o
434 esclarecimento. Pode ser na próxima reunião, mas para fica suspenso por hora a aprovação
435 daquele convênio. No artigo quinto, capítulo segundo, das atribuições e competências do CMS,
436 no item onze está escrito: deliberar previamente sobre a celebração de contratos, convênios,
437 consórcios, entre o setor público de saúde e as entidades ou pessoas físicas prestadoras de
438 serviço, decidindo sobre a manutenção ou não de cada contrato, convênio ou consórcios,
439 estabelecido de acordo com o interesse público no âmbito do SUS. Então aqui está dizendo que
440 esta é uma atribuição do Conselho e que, portanto, o Conselho tinha que estar fazendo isso. Aí,
441 lá no último artigo, no capítulo quinto, artigo vinte e sete, como está descrito na ata fala dos
442 casos omissos desse regimento. Então, para a mesma é o seguinte: se na reunião tem um caso
443 que aconteça que não está previsto no regimento serão resolvidos em reunião da mesa-diretora
444 *ad referendum* da plenária. Então, se aconteceu alguma coisa aqui dentro que não está previsto
445 a mesa-diretora analisa, traz uma proposta. Para a mesma o *ad referendum* é aqui a nossa
446 proposta da mesa é essa: vocês referendam ou têm uma outra proposta, com base nessa
447 legislação, com base naquele parecer jurídico ou naquela opinião, enfim. Mas, então, parece
448 para a mesma que são duas coisas diferentes. Não houve... O regimento prevê que tem que ter
449 quorum para a deliberação. Então, não houve quebra desse princípio de regimento; o que houve
450 é que não havia quorum, a reunião tinha que acabar e a pauta tinha que ficar para uma reunião
451 seguinte ou extraordinária. Então é sobre isso que o esclarecimento tem que versar na próxima
452 reunião. **Conselheira Eliane Chomatas** – Menciona para a Marilaine que é uma situação que
453 tem que se verificar porque o que diz aqui na questão do item nove é deliberar previamente
454 sobre a celebração de convênios e consórcios entre o setor público de saúde e as entidades, e
455 as entidades ou pessoas físicas prestadoras de serviço, decidindo sobre a manutenção, ou não,
456 de cada contrato. Isso não era nem manutenção e nem celebração de convênio; era uma
457 ratificação pelo Conselho Municipal de um convênio que é feito com o Ministério da Saúde. O
458 convênio não é com a SMS e a gente ratifica, então, foi uma situação dessa que foi aprovada

459 pela mesa-diretora. Então, mas a gente traz aqui a ata pois a Juliana tem que escutar a ata (fita)
460 para ver a situação e daí vê o encaminhamento que a gente toma na próxima reunião.
461 **Conselheiro Mauro** – Pede para o presidente do CMS dar continuidade na reunião porque a
462 pauta é grande. **Conselheiro Luiz Tadeu** - Após a discussão da ata vai-se submeter à
463 aprovação da ata. O *ad referendum*, menciona que a mesa-diretora recebeu aqui, porque tem
464 que se repassar uma informação correta, é uma coisa pendente de aprovação e diz-se de toda
465 ação ou atividade de competência de determinada autoridade ou órgão administrativo praticado
466 por terceiros através da delegação de competência. A ação, entretanto, só é efetivada depois de
467 homologada pelo delegante. Menciona que a gente pode fazer duas situações: aprovar agora ou
468 deixar ata para a próxima reunião. Diante da questão pendente que a Juliana irá ouvir a fita, a ata
469 ficará para ser aprovada na próxima reunião. Coloca em regime de aprovação as duas propostas
470 apresentadas: proposta 01 – que a minuta da ata seja aprovada agora e proposta 2 – que a ata
471 seja aprovada na próxima reunião. Proposta 01 – 07 votos. Proposta 02 – 19 votos. 01
472 Abstenção. **Aprovada a proposta 01 - A minuta da ata será submetida à aprovação na**
473 **próxima reunião. 2) Informações da SMS frente ao desvio recursos financeiros do Fundo**
474 **Municipal de Saúde - Conselheira Beatriz** – Menciona que o esclarecimento que estará dando
475 aqui já foi apresentado à Comissão de Orçamento quando esta se reuniu para fazer a apreciação
476 das contas do quarto trimestre de 2008 e, conforme também o dito naquela reunião, quando
477 fosse feita a apresentação da prestação de contas, a mesma estaria prestando esclarecimentos
478 sobre o evento, sobre o episódio, que então agora começa a esclarecer. Primeiramente, quer
479 deixar bastante claro que estamos tratando de uma questão de ilícito, uma questão de um crime,
480 uma questão de um roubo e como tal está sendo tratado a partir do momento em que houve a
481 identificação do que aconteceu. É com um sentimento muito ruim por parte de todos da SMS e
482 também quer dizer que por parte dos conselheiros da Comissão de Orçamento terem notícia e
483 terem sido informados a respeito do assunto. Tivemos a identificação, a partir de mecanismos da
484 Secretaria Municipal de Finanças, de que a pessoa responsável por fazer o controle, o cuidado
485 com as contas de dinheiros da Prefeitura, estava desviando recursos para três contas pessoais,
486 não necessariamente dela como pessoa, mas de parentes (marido, irmã, sobrinho). Enfim,
487 dinheiro que após toda a análise feita pela SMS, após feita a análise da prestação de contas
488 pelos conselheiros, após a auditoria pelas quais a SMS tem aqui recebido e tendo as suas contas
489 avaliadas e tudo mais, após esses procedimentos, então, essa pessoa que era a supervisora do
490 Núcleo de Finanças, supervisora dos Núcleos Financeiros da PMC, fazia um processamento
491 ilícito passando dinheiro para a sua conta pessoal. Tão logo, conforme disse a PMC, o secretário
492 de finanças e o secretário de saúde tiveram conhecimento, passaram para o prefeito. Abriu-se
493 um procedimento investigatório, uma sindicância administrativa na Procuradoria Geral do
494 Município para começar a esclarecer os fatos. No momento em que ela foi comunicada já foi
495 afastada do cargo e todo o procedimento, dentro da PGM, está acontecendo, está em trâmite
496 tomando depoimento, provas e tudo mais. Também naquela ocasião toda documentação

497 disponível já foi entregue para o Ministério Público na Promotoria de Defesa dos Crimes contra o
498 Patrimônio Público e lá já consta inquérito para apreciação e investigação do caso. Esta pessoa
499 tinha total confiança, era a pessoa responsável por fazer e ter o cuidado com os recursos e a
500 mesma de iniciativa dela, e ela já assumiu essa responsabilidade dentro do inquérito na PGM.
501 Deve responder por todo o ilícito que cometeu e ser julgada nas instâncias adequadas. De
502 maneira muito ruim para todos que militamos na questão da saúde de ter identificado isso, mas
503 não significa que tudo aquilo que fazemos está absolutamente dentro daquilo que todos nós,
504 aqueles que estão na Comissão de Assistência, têm, conhecimento. Menciona que tem ido às
505 reuniões de Conselhos Distritais de Saúde. Somente não foi ao Bairro Novo e não falou sobre o
506 assunto uma vez que até aquele momento não tinha essas informações, mas já esteve em Santa
507 Felicidade, Boa Vista e Cajuru e pode ir em todos os outros conselhos também junto com a
508 doutora Eliane Chomatas para prestar este esclarecimento. Desta forma, a pessoa foi afastada, a
509 supervisora foi afastada. Hoje temos uma nova supervisora que quer apresentar. É a Daniele,
510 funcionária, servidora pública municipal, da Secretaria Municipal de Finanças, que hoje é a
511 supervisora dos núcleos financeiros. É ela que vai então tomar conta de agora em diante de todo
512 o procedimento que é o de pagamento dos fornecedores e de prestadores do SUS. E temos
513 também o Roberto, que também é da Secretaria Municipal de Finanças, e que também agora é o
514 chefe do Núcleo de Finanças da SMS. É a pessoa que está substituindo o antigo chefe que não
515 tem nenhuma participação no ilícito, mas o Roberto está vindo aqui para a gente ter uma nova
516 abordagem de todos os procedimentos da Secretaria Municipal de Finanças. Deixa bastante
517 claro que tudo aquilo que é para ser esclarecido e tudo o que está sendo solicitado para a SMS,
518 de que a gente entregue documentação para a procuradoria, ou para o Ministério Público, está
519 sendo fornecida e se tem o maior interesse que tudo isso fique muito bem esclarecido, muito
520 transparente, com todas as questões colocadas para a cidade de Curitiba, não somente para o
521 Conselho. Então, esse é o esclarecimento é a posição em que pé estamos com relação ao
522 desvio. O desvio tem a ordem de valores financeiros de dois milhões e noventa e nove mil reais
523 apurados, que foram parar nas contas dessa pessoa e a gente deseja que a justiça tente reaver
524 esses recursos para que eles possam entrar. Esclarece que todo o procedimento era feito *a*
525 *posteriore* aos nossos controles, ao controle do Conselho, enfim, era feito *a posteriore* às
526 aprovações. Menciona que estão sempre a disposição para esclarecimentos outros. **Conselheiro**
527 **Luiz Tadeu** - Menciona que estava conversando com a Eliane e ela disse o modo operante,
528 então, qualquer coisa em termo de orçamento, por exemplo, mesmo aqueles aprovados por nós,
529 outros aprovados pela própria SMS, questiona como que o desvio ocorria de fato. **Conselheira**
530 **Beatriz** – O procedimento técnico, como é que ele acontece, funciona assim: tudo gera a partir
531 de uma requisição, de um procedimento realizado, vai gerando uma documentação
532 administrativa, que é o empenho. Esse empenho está vinculado a uma dotação orçamentária.
533 Isso é analisado, é liberado, assinado pela superintendência executiva ou pelo secretário de
534 saúde. Essa documentação vai processando, é feito o recebimento do serviço, ou do insumo, do

535 medicamento, ou o que seja, tem uma nota fiscal que alguém atesta, comprova o recebimento do
536 processo do produto ou do serviço, são pegos os relatórios do SAI, relatórios todos que a gente
537 tem. Depois a Inês vai apresentar aqui os números de trabalhos. Isso tudo era feito, isso tudo
538 confirmado gera no final um boletim de pagamento e aqui na SMS têm pagamentos diários.
539 Variam de dez a doze pagamentos porque as compras vão chegando e os processos vão
540 acontecendo. Quando era processado, vamos imaginar que hoje pagando dez fornecedores,
541 esses dez fornecedores ou prestadores recebiam o seu dinheiro em conta corrente e a pessoa
542 no final, quando estava fazendo o processamento, incluía um item com o CNPJ verdadeiro,
543 CNPJ de um prestador, o CNPJ de um fornecedor, e aí a conta corrente, ela informava a conta
544 corrente dela. Então, não foi deixado de pagar nenhum fornecedor, não deixamos de pagar
545 nenhum prestador de serviço. Isso tudo está absolutamente em dia, conforme aquilo que é a
546 programação, que é o que a gente faz. Mas aí neste momento em que era feito o preparo para o
547 pagamento na informação para o banco incluía um do interesse dela numa dessas contas
548 correntes. Era assim que o dinheiro então acabava não aparecendo nas nossas contas aqui
549 porque o processamento todo estava em dia. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Pergunta para a
550 plenária se existe algum questionamento. **Conselheira Beatriz** – Sugere que inicialmente sejam
551 feitas as perguntas e depois estará respondendo junto. **Conselheira Ivone** – Primeiro quer dizer
552 da sua indignação enquanto trabalhadora com relação a isso tudo. E enquanto representante dos
553 trabalhadores com a vaga do SISMUC a qual representa e da vinculação a mídia que coloca uma
554 Marinete como uma servidora, ela não é ela; é gestora. Enquanto estava fazendo esse papel ela
555 estava como gestora e não como servidora. Servidora é a mesma que está na UMS atendendo a
556 demanda, dizendo para o povo que tem que ficar oito, seis meses numa fila de espera para
557 especialista enquanto o dinheiro está sendo desviado aqui. Porque eu não posso sair de lá e vir
558 nesse setor e administrar essa verba. Cargo de confiança, ou seja lá o nome que disser, é
559 gestor. Então, acha que tem que limpar, não foi um servidor não, pois ela não estava como
560 servidora, ela estava como gestora. Outra coisa é que nós aqui representantes de trabalhadores,
561 de usuários, de gestores e prestadores temos a obrigação de limpar o nome do Conselho e a
562 gestão que a gente tem e continuar cobrando. Nós queremos saber para onde foi esse dinheiro,
563 queremos o dinheiro de volta e aonde ele vai ser aplicado. Porque são as consultas que faltam,
564 os medicamentos que não aparecem e que está aí no bolso de alguém. Enquanto sindicato quer
565 os documentos para poder estar acompanhando e gostaria, em nome do SISMUC, do
566 SindSaúde, pois tivemos uma conversa, para que a gente possa estar encaminhando à mesa, ou
567 ver a maneira como pode ser feito pelo DATASUS, uma auditoria, porque não pode ficar assim.
568 Uma hora são dois milhões; outra hora já são quatro milhões e já ouviu dado de seis milhões.
569 Qual é a verdade? Não sabe. Só sabe que o rombo é muito grande. Quando a mesma
570 questionou a Marinete porque no ano de 2009 só seriam contratados 627 novos funcionários ela
571 respondeu que não tinha dinheiro e que tem que apertar aqui e apertar ali. Quando é para pagar
572 um salário decente e repor perda de funcionário não tem; quando é para desviar tem. E outro:

573 ela não estava no setor sozinha, é impossível que ninguém observou que alguma coisa estava
574 mudando. **Conselheira Cleonice** – Menciona que estava na praia e estavam comentando essa
575 questão e foi questionada se a mesma não era do Conselho e a mesma confirmou. E daí falou
576 para a pessoa que questionou, mas se fosse a Cleonice Pinheiro Rosa, psicóloga, mulher e
577 negra, seu nome estaria sendo divulgado. Como não é a pessoa, não pode dar a resposta.
578 Menciona que ficou bastante indignada porque há a necessidade de que nós, enquanto
579 conselheiros, ressalta que está aqui porque quer enegrecer a coisa, quer o preto no branco.
580 Menciona que ela era supervisora, ela tem um nome; ela tinha alguém ou era secretário ou era
581 vice não sabe, mas tinha alguém que trabalhava junto com ela. Então, tem que dizer nomes, tem
582 que se dar nomes, eu me chamo Cleonice Pinheiro Rosa. Então aqui tem supervisora fulana de
583 tal, que estava fazendo ou era assessora, que estava trabalhando diretamente com fulano de tal.
584 **Conselheira Juliana** – Pergunta se desse desvio de verba existe verba desviada dos
585 orçamentos que o Conselho Municipal de Saúde aprovou. Vê a necessidade sim de se fazer uma
586 auditoria até para a gente saber quanto é que sai do Fundo Municipal de Saúde, o quanto que
587 vai retornar para o Fundo Municipal de Saúde, precisa saber quanto que saiu daqui, quanto vai
588 voltar e em que vai ser investido. Daí a necessidade de se fazer uma auditoria até para a gente
589 se respaldar porque se a gente aprovou somos co-responsáveis. **Conselheiro Evilásio** –
590 Menciona que é membro da Comissão de Orçamento e gostaria de solicitar a SMS, à mesa-
591 diretora, que nos apresentasse a documentação a qual faz parte todo o inquérito processual,
592 administrativo, jurídico, civil, criminal do qual se refere esse ato ilícito. Para que a gente possa
593 assim avaliar o que foi feito realmente, de que forma isso foi feito. Porque nós somos cobrados
594 quase que diariamente a respeito desse volume, que até então tem se a notícia de dois milhões e
595 noventa e nove mil reais. O que pode ser mais a gente não sabe, se realmente já se chegou aos
596 termos finais dessa investigação, e que nós doravante teremos que ter mais cuidado naquilo que
597 a gente faz abrindo realmente todas aquelas caixas enquanto duvidosas. Porque o dinheiro
598 nosso, dinheiro público, como já disse a conselheira Ivone, é a respeito do desvio do dinheiro que
599 não tem para contratação de mão-de-obra para prestar o melhor atendimento ao usuário, mas
600 tem para fomentar a vida de regalias de toda uma gestão. Porque a nossa amiga Marinete, entre
601 aspas amiga. O mesmo aqui vem se redimir porque muitas vezes ela chegou ao convencimento
602 melhor que uma atriz Glória Menezes, ela representou muito bem, nos enganou por um bom
603 tempo. Não foi eternamente porque isso não acontece, mas nos enganou e nos deixou um saldo
604 negativo dessa moral da qual o mesmo luta tanto que é a honestidade. Ela burlou todos os
605 nossos sentimentos, pede desculpa pelo desabafo, pois está muito entristecido, está chateado,
606 porque sempre achou que estava trabalhando com pessoas dignas e honestas. Aquela as quais
607 o seu referendo para a aprovação das contas públicas dessa SMS estavam sendo de forma
608 honesta e até então está sabendo que isto não aconteceu. Menciona que esse volume de
609 processo trará quem mais estaria envolvido nesta falcatura. Pede a todos que não crucifiquem a
610 Comissão de Orçamento porque realmente tudo aquilo das dúvidas que tinham até então vinham

611 sendo sanadas e ela tinha competência muito para gestão do dinheiro público. Tanto é que
612 demorou para ela ser pega no seu ato. Menciona que está na sua entidade, no seu bairro, na
613 UMS, sendo cobrado por esse ato. Pede à mesa-diretora, à superintendente da SMS, à
614 Secretaria de Finanças, que tragam na próxima reunião da comissão (ordinária ou
615 extraordinária) para que realmente a gente possa avaliar. E que sejam públicos nomes, valores e
616 tudo o que se refere a esse ato. Pelo menos na sua pessoa não será aceito qualquer passagem
617 de mão a quem quer que seja. Se foi secretário, se foi prefeito, se foi vice-prefeito, se foi diretor
618 de departamento, se foi o superintendente, seja quem for, para o mesmo não interessa. Interessa
619 que o dinheiro sumiu e tem quem enriqueceu com isso. **Conselheiro Ivo** – Menciona que é
620 formado em curso de contabilidade e na verdade não justifica se não tiver nota fiscal, então, por
621 exemplo, devo para o senhor Joaquim dez mil reais. Se pago dez mil reais para o senhor
622 Joaquim, ele vai me dar uma nota fiscal. Se eu vou depositar por fora, porque eu saquei do
623 banco, eu saquei de algum lugar esse dinheiro. Se eu vou depositar por fora na minha conta
624 mais cinco mil reais, tem que aparecer uma nota fiscal. Não interessa se uma gráfica forneceu
625 fria, não interessa, para poder bater com aquele valor que eu saquei do banco. É essa dúvida
626 que queria tirar. **Conselheiro Timóteo** – Menciona que enquanto conselheiro queria deixar aqui
627 a sua indignação com um ato, que quer acreditar que isolado dessa gestão, o qual acredita muito
628 e que defende. E sirva de exemplo para os demais gestores que vêm aqui e que pregam a lisura
629 para que isso não venha acontecer de fazer os conselheiros passarem vergonha. Porque a gente
630 vem aqui e acredita acaba assinando embaixo aprovando toda uma situação dessa e depois é
631 cobrado lá na ponta, questionado por pessoas quase que totalmente leigas. Diz que para
632 consulta no CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) tem que esperar por três meses, lá
633 com o dente tampado doente. Mas para esse tipo de coisa, roubar e ficar rico, já está lá roubar,
634 tem que falar nomes de quem fez isso porque roubou dinheiro do povo e tem que devolver. A sua
635 indignação não é diferente da dos senhores. **Conselheira Manoela** – Pergunta para a Comissão
636 e também para a Beatriz. Queria lembrar primeiro que hoje iremos aprovar contas do 4º trimestre
637 do ano passado. A primeira vez que entrou em contato com a questão do desvio na mídia pelo
638 menos foi em fevereiro, lá pela metade de fevereiro dia 13 ou 14. E no 4º trimestre imagina que
639 isso não tinha ainda sido apurado. Gostaria de saber tanto da comissão, porque a gente não
640 participa enquanto sindicato, até para ter um esclarecimento enquanto conselheira, do
641 procedimento de hoje. Vamos aprovar, mas estaremos aprovando com os descontos do que não
642 foi aplicado na saúde ou qual é o procedimento ou o parecer da comissão o que é que agente faz
643 nesse caso da prestação de contas de hoje. **Conselheira Sueli** – Quer endossar aqui as
644 palavras da proposta do Evilásio. Como conselheira e representante na Comissão de Orçamento
645 dizer da nossa indignação dessa situação, que nos temos que ver apurado isso porque como
646 todos os conselheiros indignados precisamos que isso seja colocado às claras. E só lembrar uma
647 coisa: já participou da Comissão de Orçamento em outras gestões do Conselho. Na Comissão de
648 Orçamento a gente aprova a planilha. Um técnico apresenta planilha, orçamentos, a gente não

649 tem acesso à nota fiscal. A gente recebe uma apresentação de demonstrativo de um técnico.
650 Acredita que a Comissão de Orçamento nesses trabalhos acabou aceitando argumentação da
651 técnica que vinha expor. E na boa fé, e por isso endossa as palavras de indignação do Evilásio.
652 **Mari Elaine – observadora pelo SindSaúde** – As perguntas que tem são quase bem objetivas e
653 pode entregar à mesa apesar de ser um rascunho meio grosseiro. As perguntas que a gente
654 espera que a SMS venha responder na Comissão de Orçamento e no Conselho e que todos os
655 documentos sejam disponibilizados para todos os conselheiros, para todas as entidades
656 conselheiras são as seguintes: pelo menos as iniciais, até que a gente ponha a mão na
657 documentação e veja o que aconteceu de fato. Quem controla os atos daquele que realizam
658 trabalhos como o da Marinete, ou seja, no núcleo financeiro quem controla o ato de vocês? Os
659 pagamentos são autorizados por uma única pessoa? Eu não conheço o mecanismo interno aqui
660 de dentro e precisamos saber. Outras pessoas poderiam estar envolvidas nessa operação?
661 Onde falharam os mecanismos de controle, já que foram quase quatro anos de desvio? O que
662 diz a auditoria interna da SMS sobre os desvios? Quem eram os auditores responsáveis por esse
663 controle específico? Quando e como detectaram? Porque foram quatro anos, durante três anos e
664 nove meses, passou em branco. Quando que detectaram, por qual forma, aonde foi que falhou,
665 ela fez um depósito maior, o que aconteceu? Foram analisadas outras contas, ou todas as
666 contas da SMS, para verificar se não há outros ilícitos como a Beatriz falou? Aí tem uma outra
667 pergunta que desconhece dentro da SMS e está fazendo um comparativo com a SESA que
668 existe um decreto que fala das atribuições e competências de cada cargo dentro da SESA. E
669 está perguntando da municipal: existe um decreto, um regimento, um estatuto, uma lei, alguma
670 coisa que normatiza? Por que ninguém aqui falou o nome dela mas a imprensa falou a Marinete
671 fez um ilícito. Acima dela existiam outras pessoas que também, se este Conselho é responsável
672 solidário, entende que outras pessoas acima dela, outros cargos acima dela, são co-
673 responsáveis, e quais são as atribuições. Daqui tem gente cochichando, daqui até o prefeito, o
674 que diz a legislação municipal? Tem uma pergunta sobre a fala da conselheira Beatriz e não está
675 escrito aqui, mas você disse pelo que entendeu, no seu entendimento foi dito que tudo o que o
676 Conselho aprovou aqui das prestações de contas ainda não tinha passado pelo ilícito da gestora.
677 Agora hoje será aprovado outubro, novembro e dezembro, nós estamos em março e entende que
678 isso é execução orçamentária . Se isso é execução isso já foi pago, então, aqui contêm ilícitos e
679 é esse o esclarecimento porque está entendendo que nós sim; quem votou a favor das
680 prestações de contas dos últimos quatro anos, é responsável solidário. Todo mundo pode falar
681 que é de boa fé e uma série de coisas, mas se em um procedimento no Ministério Público, com
682 certeza, esse Conselho será chamado também a falar sobre como é que era, porque que
683 aprovava, enfim, são essas as perguntas. **Conselheiro Armando** – A respeito desse desvio de
684 verba a gente ficou sabendo através da imprensa e acha chato por causa disso. Acha que
685 primeiro deveria ter sido comunicado o Conselho, já que a SMS detectou isso aí e nós não fomos
686 comunicados. Acha que todos os conselheiros deveriam saber de antemão. Pede que a mesa, a

687 superintendência, o próprio secretário municipal tomem as devidas providências que são cabíveis
688 ao caso e que a gente seja o mais esclarecido possível para que não aconteça o que está
689 acontecendo: aí fora todo mundo cobrando e a gente não sabe nem o que falar. A gente fica sem
690 ação. Você chega na UMS e o pessoal fala: “é, não veio a minha fitinha...”, mas os dois milhões
691 aonde estão? É a primeira coisa que eles falam para a gente, está ficando feio para a gente lá
692 fora, que a gente está junto com os trabalhadores e estamos levando essa paulada sozinhos.
693 Pede que os gestores apresentem quem foram essas pessoas. **Conselheiro Rui Barbosa** –
694 Menciona que é lamentável o que aconteceu, o que vem acontecendo e só quer colocar uma
695 coisa: o Conselho aprovou todas essas contas aonde aconteceram esses desvios e vai aprovar
696 mais hoje, vai votar. Por causa dessa correria, da falta de tempo, que a reunião tem que terminar
697 tal hora, temos feito direto esse tipo de procedimento aprovar coisa sem analisar, sem levar a
698 fundo. Menciona que tem falado isso desde a outra gestão, essa correria não se faz. A gente
699 aprova programa, aprova convênio, aprova tudo na correria. Não está se referindo ao que
700 aconteceu na última reunião porque foi uma decisão de emergência da mesa dada a urgência
701 dos assuntos que, na verdade, eles não têm reflexo no Fundo Municipal, só que é dinheiro
702 público também. Já que deve passar para a avaliação do Conselho Municipal a gente tem que
703 avaliar isso direitinho. Estão aqui dizendo como uma pessoa que assumiu a responsabilidade.
704 Sente muito, sem esta de boa fé, não existe boa fé, o que existe é técnica, o que existe é a
705 verdade. Estão todos sob suspeita, não só a funcionária, todos que trabalham com ela, acima e
706 abaixo, todos. É impossível num sistema com o controle que tem as finanças acontecer isso
707 durante três anos e só agora aparecer, é impossível. Não dá para acreditar que tem só ela
708 envolvida com essa coisa. Faz esse alerta para o Conselho para pensar bem agora na hora que
709 a gente vai ter que discutir a aplicação dos recursos do ano passado. **Conselheira Beatriz** –
710 Menciona que queria compartilhar... A servidora municipal é função gratificada, hoje em cargo
711 comissionado, que é a Marinete Melo. Pede desculpa por não ter referido o nome dela,
712 anteriormente, mas Marinete Afonso de Melo é sim, por enquanto, uma servidora municipal.
713 Embora ela, naquele momento, ocupasse um cargo que é uma função gratificada sim como a
714 Daniele hoje ocupa uma função gratificada, assim como as supervisoras de Distrito têm uma
715 função gratificada, e na SMS nós temos todas as pessoas que ocupam o cargo de comissão são
716 servidoras públicas. Somos todos servidores públicos e temos orgulho de sê-los. Estamos
717 tratando de gente que tinha uma intenção de roubo, não é o comum dos nossos dias. O Evilásio
718 inclusive aqui referiu-se ao carinho até que tinha pela pessoa. A própria Edimara muitas vezes a
719 nominou como uma pessoa de grande competência. E se a gente olhar por alguns aspectos de
720 competência até demais para chegar a achar um espaço, uma brecha para fazer o que ela fez,
721 nas barbas de todos nós e isso é horrível. Quantas vezes supervisores de Distrito Sanitário vão
722 lá conversar com a comunidade e aí a comunidade pede alguma coisa e a mesma diz não
723 porque não tem dinheiro, temos que priorizar. Ficamos com cara de idiota e de palhaço,
724 literalmente. Ninguém gosta disso, estamos falando de roubo, de crime e insiste que se trate na

725 forma que tem que ser tratado. Quem está aqui tem que continuar com a cara erguida. Alguém
726 tem alguma coisa com a Marinete? Não. Todo mundo a conheceu, todo mundo ouviu as
727 argumentações que ela apresentou, viu os relatórios que ela trouxe, e alguém suspeitou na
728 ocasião? Não porque o ilícito não era feito entre nós aqui no âmbito deste prédio aqui, não era
729 aqui, aqui a coisa funcionava exatamente como ela tem que funcionar. No momento do
730 processamento das informações para os diferentes pagamentos ela pegava e passava um CNPJ,
731 às vezes da própria PMC, e aí ela desviava para a conta particular dela. Como é que se
732 descobriu isso? Na hora que foi se fazer este ano a emissão da DIRF, que é aquela informação
733 que é feita para a Receita Federal, de tudo que é feito o pagamento, houve uma hora que quem
734 digitou percebeu que a conta não estava batendo e suspeitou que poderia ser um erro do
735 sistema. Quando foram verificar não era um erro do sistema e aí é que se pegou a situação.
736 Identificada essa situação como é que a PMC chegou a esse valor? Pediu ao Banco do Brasil
737 que informasse todos os créditos realizados em favor daquela conta e aí que apareceram os
738 valores. Chegou-se à segunda conta porque daí foram verificar todas as contas. Quem cuida
739 disso é a Controladoria que é um setor da (secretaria de) Finanças, que é o deve estar cuidando
740 disso. É claro que a Marinete não era autônoma em tudo que fazia, mas pela responsabilidade
741 que o cargo exige, ela tinha autonomia sim para efetuar os pagamentos. Que é o que a Daniele
742 vai fazer. A Daniele Santos para que fique bem claro. Então assim, há erro no controle?
743 Menciona que por quatro anos essa pessoa conseguiu acobertar e a gente não sabe exatamente
744 quais foram os mecanismos que acobertaram, mas que ela conseguiu acobertar, conseguiu. Este
745 dinheiro, a gente fala de dois milhões, é muito dinheiro, realmente é, mas com o volume de
746 setenta milhões ao mês e que ela pegava dez mil num depósito, doze mil em outro, isso na
747 somatória dá dois milhões. Então, fica difícil perceber. É claro poderia ter sido percebido? Sim
748 poderia. Não percebeu? Não percebeu. Quando percebeu, opa! Tem erro aqui vamos atrás. E os
749 procedimentos têm todos que serem revistos, sim. Do núcleo financeiro, temos que ter ali um
750 cuidado, agora, atenção muito grande, é muita responsabilidade. Hoje quem responde por isso
751 sou eu, então é a pessoa mais interessada porque isso vai o nome de Beatriz Battistella Nadas.
752 O Ivo falou das notas fiscais, da prestação de serviços, está tudo lá é tudo muito comprovado,
753 tudo tem carimbo de servidor, mas aqui nós estamos contratando e comprando coisas que são
754 específicas do trabalho das UMS, estamos pagando os prestadores mediante todos os relatórios
755 de acompanhamento, de auditoria, realizadas pelo Centro de Controle e Avaliação e Auditoria,
756 dentro da programação, com glosa, sem glosa, convênio, tudo feito como tem que ser. É claro
757 que vamos ter que colocar tudo isso à prova, não vê porque não. O dinheiro não fecha a conta e
758 aí como é que é a gente tem saldo? Vejam bem: a SMS, por força dos convênios de recebimento
759 de dinheiro do Ministério da Saúde, tem cinquenta contas correntes e é uma transação de
760 dinheiro que entra, de dinheiro que sai, e não é tão simples. A gente junta nas tabelas que vocês
761 receberam aí para apreciar a prestação de contas para a gente poder ter uma visualização.
762 Porque são cinquenta contas correntes, é um CD com todos os extratos dessas contas e isso

763 tem que estar muito em dia, não pode ter furo, porque as cinquenta contas têm que bater, tem
764 que fechar. Uma coisa que combinamos na Comissão de Orçamento é que a gente iria fechar a
765 prestação de contas referente ao quarto trimestre de 2008 nos moldes do que já vinha
766 acontecendo para que a gente possa, inclusive, fechar com série histórica e no procedimento
767 como era feito. Entende que a comissão tem que se debruçar e rever os processos que fazia, é
768 bastante natural. A comissão tem uma reunião no dia 16 de março para a gente já rever algumas
769 questões. Menciona que a SMS não tem a intenção nenhuma de esconder aquilo que faz porque
770 tem muito confiança de que está cuidando e fazendo aquilo que tem que ser feito. Se tem gente
771 gatuna, salafrária no meio, estamos sujeitos a isso o tempo todo. Achávamos que éramos
772 imunes pois temos uma história de mais de 20 anos de Conselho e que isso nunca foi percebido.
773 Será que nunca aconteceu? E daí a gente já começa a ficar com dúvida e é natural que a gente
774 tenha dúvida, tem sim, porque agora a gente viu que teve uma pessoa que infelizmente fez isso e
775 nos deixou com essa cara de palhaço. Informa que tem toda uma legislação municipal que trata
776 da questão das atribuições de cada um dos cargos, não só esse, e é regido por um regimento
777 que nesse momento não sabe dizer se é lei ou decreto. Mas tudo isso é regulamentado. Quem é
778 responsável por essa descrição e aprovação, ou não, é o setor específico e o Instituto Municipal
779 de Administração Pública. O que dizem os auditores? Vejam bem quantas auditorias passam
780 pela SMS e a mesma até não conhece, mas, desde que começou a trabalhar como
781 superintendente, a SMS já recebeu duas auditorias (e só estamos no mês de março) verificando
782 questões mais pontuais e de convênios que a gente tem. Então, a gente está sempre e até tem
783 um cantinho específico para os auditores trabalharem, já tem até uma mesa para eles poderem
784 trabalhar, porque eles precisam de várias coisas. **Conselheira Eliane Chomatas** – Esclarece
785 que temos duas questões na auditoria sendo uma a questão financeira que é uma situação
786 específica da Controladoria da Secretaria de Finanças, que é quem faz todo esse papel de
787 controle. A outra situação: nós temos, é evidente, aqui na SMS, um grupo de auditores do Centro
788 de Controle de Avaliação e Auditoria que tem uma legislação específica no SUS e que tem
789 características e funções determinadas por essa legislação. Eles fazem auditoria dos
790 prestadores, a verificação de contas, os procedimentos do SUS se foram feitos de acordo, se
791 foram cobrados de acordo. Então, são duas partes diferentes que compõem. Então, o que
792 acontece quando o setor da Anna Paula processa todas as faturas do SUS, enfim toda a questão
793 dos prestadores, de acordo com as questões que foram auditadas, então existem documentos de
794 auditoria desta parte. Depois de lá realmente sai uma situação de pagamento: financeiro dizendo
795 o prestador X pelas contas apresentadas tem a receber Y. Então esta situação é que vai depois
796 para o financeiro e tem os trâmites financeiros para pagamento. São duas questões muito
797 diferentes que as pessoas têm que ter o entendimento aqui: uma coisa é auditoria do SUS e a
798 outra é a parte financeira da SMS. Lógico que em determinado momento tem uma situação ali de
799 uma dependência da outra, mas são situações muito diferentes. Não cabe à auditoria do SUS
800 fazer esse tipo de situação na questão de contas da SMS. Quem faz é a Secretaria de Finanças;

801 é o controle interno dela. Menciona que também os órgãos externos que são o Tribunal de
802 Contas, Ministério da Saúde, DENASUS, enfim, a SMS recebe muitas auditorias aqui.
803 **Conselheira Beatriz** – Menciona que 2008 ainda não, mas temos os outros anos anteriores à
804 aprovação das contas do Tribunal de Contas da União. Estamos diante de uma situação que é
805 realmente um momento de a gente amargar aqui os nossos sentimentos, mas mais do que isso a
806 gente persistir e aperfeiçoar aquilo que a gente já vem fazendo. É extremamente desconfortável
807 a posição que essa mulher nos deixou, não foi só a SMS, os conselheiros. E assim, o senhor
808 Armando até coloca que precisava avisar aos conselheiros. O momento para avisar os
809 conselheiros é o momento oficial que a gente já tem. Então, é nas reuniões distritais, e até
810 lamenta que no dia em que foi no Bairro Novo a SMS não tinha ainda o conhecimento de que
811 isso se passava, mas tão logo se teve à notícia está sendo falado. Está sendo falado com as
812 equipes, com os conselheiros. A gente não tem por quê se esconder atrás de qualquer questão.
813 E assim se for para achar outras pessoas que não seja só a Marinete. Isso talvez seja possível.
814 Espera-se que seja apurado e denunciado sim. Porque se ela tem comparsa... Os outros
815 comparsas que a gente sabe hoje que ela tem são o marido, tem uma irmã e tem uma sobrinha.
816 Que se tem mais pessoa envolvida, que seja levantado para que essas pessoas paguem pelo
817 seu delito. Porque retirou dinheiro que é dinheiro público, não é dinheiro de pessoa física, de um
818 indivíduo, de um cidadão, é do conjunto da nossa cidade. Então, é extremamente desagradável,
819 e desconfortável, mas isso não pode nos engessar. E nós, o Luciano tem colocado isso
820 claramente, não queremos esconder nada, não devemos nada e não levamos nada. Isso tudo
821 será comprovado na medida em que a justiça, que é o lugar onde isto tem que estar sendo
822 identificado, faça. Porque depois o resto vira tudo especulação, dois milhões, quatro milhões,
823 seis milhões... Daí já começa o telefone sem fio, a fofoca. O que tem hoje é isso. Se isso é a
824 maior será apresentado porque temos interesse em reaver o máximo possível desses recursos.
825 Imagina que boa parte ela deva ter consumido em algum tipo de serviço que a gente não vai
826 reaver necessariamente. Mas há imóveis, há veículos e vamos lá vamos pegar, vamos salvar o
827 que for possível para aplicar os recursos. A Manoela pergunta e a mesma está respondendo de
828 uma maneira geral. A prestação de contas que nós temos que aprovar hoje aqui, para avaliar,
829 para apreciar. Menciona que ela está colocada aí foi feita uma análise pela Comissão e está para
830 ser submetida a todas as perguntas que vocês façam. Se vocês acreditam ou não no que eu
831 estou dizendo é um outro problema, não pode fazer vocês acreditarem porque estou falando.
832 Agora vamos olhar preto no branco a tudo porque não temos interesse e insiste em dizer a SMS
833 é quem tem o maior interesse em que isso seja apurado. **Conselheiro Evilásio** – Gostaria de
834 fazer só mais uma colocação perguntando qual é o posicionamento da Comissão de Saúde da
835 Câmara Municipal de Curitiba, já que ela também aprova as contas desta secretaria. Gostaria
836 também, junto com aquela solicitação, ter esse parecer da Câmara Municipal de Curitiba
837 enquanto aprovação das contas dessa secretaria. **Conselheira Beatriz** – Menciona que a
838 Câmara de vereadores também é outra instância que aprecia e aprova as contas da SMS. Não

839 tem consigo agora... Ela não tem nenhuma manifestação a partir da prestação de contas do
840 quarto trimestre de 2008. Afinal de contas estamos em processamento, mas temos todas as
841 outras contas aprovadas também pela Câmara de Vereadores, apreciadas pelos vereadores, e
842 feita uma plenária e apresentadas as contas. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Resgata uma pergunta
843 que foi feita: o pagamento é feito só por uma pessoa?. **Conselheira Beatriz** – Menciona que o
844 boletim onde se processam os pagamentos de contas é feito por uma pessoa e aí era nesse
845 momento que então ela embutia uma linha a mais com a conta corrente que ela escolhia.
846 **Conselheiro Mauro** – Ela podia desviar de pouco. Menciona que está fazendo neste semestre
847 contabilidade pública e, pelo que entendeu, ela desviava de pouco e de doze mil (reais) não dá
848 para perceber. **Conselheira Beatriz** – Menciona que os volumes que ela sequestrava eram
849 volumes pequenos, e qualquer valor que não é devido, é um valor grande, seja centavos... A
850 verdade é essa. Se comparados com os valores que se pratica no SUS quando se paga
851 prestadores de serviços, fornecedores de insumos de laboratório, de medicamentos, eles ficam
852 pequenos. **Conselheira Eliane Chomatas** – Menciona que tem que diferenciar bem para deixar
853 claro aqui: quando existem as questões de desencadeamento de compras, de processos que vão
854 gerar pagamento dentro da SMS, existe um trâmite enorme e que vão várias assinaturas.
855 **Conselheira Beatriz** – Menciona que a mesma tem que assinar cinco vezes para sair alguma
856 coisa para terminar um processo. É superintendente executiva e tem que olhar todos os
857 pagamentos – desde alfinete, agulha até um tomógrafo, Raios-X, pagamento de cirurgias, tudo
858 com cinco assinaturas e são cinco documentos diferentes e cinco controles diferentes.
859 **Conselheiro Luiz Tadeu** – Acabando a lista de perguntas ficou uma ainda: aonde você acha
860 que está falha? **Conselheira Beatriz** – Menciona que é um problema de caráter, idoneidade,
861 honestidade, a principio e acima de tudo. Alguns processos da sociedade dependem das
862 relações de confiança. Pode ser que isso seja piegas a gente estar falando aqui, mas a Daniele e
863 o Roberto sabem da responsabilidade que eles estão assumindo diante do que aconteceu. Se a
864 gente não confiar que eles dois vão cuidar adequadamente e ficar em cima deles, juntos, não
865 deixá-los sozinhos, e se eles não acreditarem no trabalho que eu estou fazendo ao responder
866 pela SMS, no que diz respeito aos gastos, e que a gente não traga claramente para os
867 conselheiros, as pessoas que têm que fazer a análise da prestação de contas adequadamente.
868 Daí fica difícil. Agora, tenham a certeza: o intuito da SMS, que sempre foi, é trabalhar com
869 honestidade. O dinheiro do SUS é dinheiro que nós todos veneramos para que seja aplicado lá
870 para a nossa comunidade, para os nossos usuários. Isso vocês podem ter certeza. Quer dizer:
871 vocês só vão poder saber vivenciando os procedimentos que a gente terá que fazer os ajustes,
872 que teremos que fazer, e isso é natural. Diante do acontecido não é nada maluco pensar que
873 teremos que fazer revisão de processo. Por isso que o Roberto está vindo agora, o mesmo tem
874 uma experiência bastante consistente. Ele trabalhava na Secretaria de Administração, vem com
875 a responsabilidade de olhar todos os processos e já propor internamente mudanças, para que a
876 gente não fique vulnerável e tenha que fazer papel de idiota aqui falar uma coisa, pois quem

877 deveria de estar respondendo não está: a Marinete. **Conselheira Cleonice** – Menciona que uma
878 das suas questões era que se citasse outros nomes também porque acha que essas coisas não
879 acontecem sozinha, ela tem outros nomes também, porque senão fica Marinete, Marinete,
880 Marinete e a gente precisava ter com bastante objetividade enegrecer mesmo quem são as
881 outras pessoas. Ela estava acima, abaixo de quem, quem é do lado direito, esquerdo, é preciso
882 fazer isso. **Conselheira Beatriz** – Objetivamente te respondendo, o nome que nós temos hoje é
883 o da Marinete; a gente goste ou não. **Daniele** – Menciona que estão indignados tanto quanto os
884 presentes, enquanto funcionários. A Marinete trabalhava com os mesmos há um bom tempo,
885 trabalhava na saúde há muito tempo. Existe questionamento o por quê não da divulgação dos
886 nomes, de como isso aconteceu, por que não foi visto. A responsabilidade que cabe a cada um
887 de nós, de todos que participam desse processo. É importante colocar que o recurso quando
888 vem do orçamento da união, no orçamento do município, é verificado e analisado em várias
889 instâncias. Não só no Conselho, não só no município, mas na instância federal, na instância
890 municipal. Todos esses documentos, todas essas informações passam para averiguações no
891 Tribunal de Contas do Paraná, no Tribunal de Contas da União, no Ministério Público. São
892 auditados em sistemas internos da PMC e realmente todos aprovaram, todos passaram. São
893 verificados pelo Conselho e verificados na Câmara. A responsabilidade de vocês está no sentido
894 de olhar a documentação que foi apresentada e avaliar e aprovar a documentação que ali está
895 apresentada. Se essa documentação, de alguma forma, contém informações que não estão
896 corretas, a responsabilidade sobre essas informações é de quem as colocou ali. O Conselho
897 observou e aprovou as informações que ali constavam. Se essas informações foram
898 manipuladas, e não estavam ali corretamente, quem as colocou tem a sua responsabilidade
899 também e vai responder por isso. Certamente, isso sempre será levado em consideração em
900 qualquer julgamento que possa ser feito. Quanto aos nomes de quem está, de quem não está,
901 envolvido nisso o que se apurou até o presente momento é o único nome que consta. Lembrando
902 que todos nós vivemos num estado de direito, um estado conquistado pelos brasileiros, onde
903 ninguém pode na rua apontar um ou outro e dizer “você é culpado” sem que prove. Essas provas
904 foram levantadas, esta documentação está encaminhada em instância jurídica, está sendo
905 avaliada pelo Ministério Público, pelas procuradorias e, assim que for apurado e julgado, serão
906 colocados os nomes. Só o Ministério Público e as procuradorias têm condições de quebrar sigilo
907 bancário e analisar as informações de para onde foi ou de quem recebeu esse recurso. Ninguém
908 mais tem esse direito no país. Só um juiz pode determinar isto e isto foi encaminhado ao
909 judiciário justamente para que seja feita toda essa verificação. Não podemos agora apontar se
910 fulano, ou cicrano, participa ou não participa. Só no momento que houver prova efetiva disto, e
911 isto está sendo apurado... Isso é de interesse de todos nós como funcionários, de interesse da
912 PMC como instituição. Está sendo verificado e assim que houver uma resposta, que todos nós
913 queremos que saia o mais rápido possível, ela será colocada em imprensa, em qualquer outro
914 veículo. A imprensa na hora, como já colocado pelo próprio procurador geral do município, na

915 hora em que foi chamada para contar o fato, os documentos estavam postos, a imprensa teve
916 acesso aos documentos onde constavam nomes e tudo. E a imprensa também não divulgou o
917 nome porque sabe da responsabilidade disso, de que não pode apontar nome de pessoas como
918 culpadas sem antes acontecer o efetivo julgamento. Por mais que a gente tenha provas que
919 dirigem e o que nos cabia no momento, que foi realmente uma confissão, o que nos cabia no
920 momento foi afastar essa pessoa da função e aguardar o julgamento da justiça. Quanto à
921 questão de quem olhou, de quem não olhou, se é uma pessoa só que manda para o banco, não.
922 Não é só uma pessoa que manda pagar no banco esses processamentos; eles passam por
923 várias instâncias dentro da Secretaria de Finanças. Agora, a PMC não paga nota por nota, não
924 assina cheque por cheque, mesmo porque o número de pagamentos é imenso dentro de toda a
925 prefeitura. Os pagamentos são feitos via boleto bancário, e esse boleto bancário é remetido ao
926 banco através de um arquivo que é conhecido como arquivo texto. Embora tenha o nome de
927 arquivo texto não constam letras, só números. Então, quando você abre o arquivo texto ele é um
928 acúmulo de números que só podem ser decodificados pelo banco. Na hora que esses
929 documentos tramitavam internamente vinham com uma relação que passava, que era assinada,
930 a verdadeira. A informação que vinha para verificação nesses setores era a informação
931 verdadeira. A alteração estava dentro do arquivo texto e isso não aparece contabilmente. A
932 questão contábil está corretamente colocada, não aparece a informação contábil porque o desvio
933 ocorria no aspecto financeiro. Apenas financeiro e por isso levou tanto tempo para ser verificado.
934 Contabilmente, documentalmente, a irregularidade não aparece, aparece na conciliação
935 financeira e por isso que não foi nem analisada, nem localizada pelo Tribunal de Contas, pelo
936 Ministério Público, e pelo Tribunal de Contas da União, porque infelizmente não está nos
937 trâmites. Todos nós levamos um grande azar; estávamos colocando na mão de uma pessoa que
938 conhecia precisamente o processo e encontrou a falha perfeita. **Simone Peruzzo –**
939 **representante da ABEn** – Deseja uma boa tarde a todos e um bom 2009 para todos. Que uma
940 situação como essa, muito difícil, não desmereça, não apague o fogo que a gente tem no bom
941 sentido e o fôlego que vocês sempre demonstraram. Pode dizer a vocês, que apesar de afastada
942 nesse momento do Conselho, o que a trouxe nessa reunião de hoje foi um sentimento muito
943 semelhante. É um sentimento de indignação e, ao mesmo tempo, de solidariedade, pois uma vez
944 conselheira *ad eterno* conselheira. Agora, ouvindo tudo que escutou com relação as falas e tudo
945 mais, e bem colocado por essa mesa-diretora, são duas situações. Uma é a questão de instância
946 jurídica: por mais mágoa que a gente tenha, por mais chateados que estejamos, não somos nós
947 que vamos aqui apontar, quem, quando, como, se é culpado, se não é, se deixou de ser, se é
948 uma turma, não cabe a nós; este é o entendimento na sua ignorância. Agora, tem uma questão
949 que é de instância de controle social a qual pertencemos. Dá a impressão, imaginando as
950 notícias lá fora, como isso chega, e realmente o que chega é assim: você, que é do Conselho,
951 sabia? E também vem essa pergunta: se tem ela, com certeza, ela é peixe pequeno, isso é o
952 mais escuta lá fora e o que mais incomodou e veio aqui contar. Que é peixe pequeno é ela, o que

953 vem atrás que é muito grande. Tirando essa parte, lhe parece que teriam competência e
954 capacidade de escrever o que poderia ser chamado de uma carta de esclarecimento à
955 comunidade curitibana, responder ao município, nós conselheiros que também estamos nesse
956 fuzuê, todo muito didaticamente explicado aqui pela Anna, também pela Daniele. A proposta é
957 que elabore, com a ajuda da Erica, com o jeitão que a pessoa entenda, e se espalha uma carta
958 de esclarecimento, porque ficar em silêncio... Ressalta que não é culpar ninguém, pois isso é um
959 problema jurídico. Agora, temos que nos posicionar em relação à co-responsabilidade de uma
960 série de documentos que aqui foram aprovados, uma vez que o financeiro estava sempre bonito,
961 redondo e a população precisa saber disso. Para nós foi apresentado, como na Câmara de
962 Vereadores um financeiro perfeito. Bom, se no transcorrer do processo o contábil tinha endereço
963 diferenciado, temos que achar um jeito de escrever e esclarecer a comunidade. Porque entende
964 que é esse o nosso papel como representante do controle social e fica aqui uma sugestão de
965 alguém que hoje é observadora e que veio aqui dar o seu abraço e apoio aos senhores e que
966 podem contar com ela sempre. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Na fala da Irene estará sendo
967 encerrado esse assunto porque temos mais três itens de pauta. Ressalta que esse assunto não
968 morreu vai continuar na próxima e a gente precisa continuar o nosso trabalho. **Sueli – Sismuc** -
969 Gostaria de perguntar para a conselheira Beatriz se, de alguma forma, a população curitibana
970 será prejudicada no seu direito à saúde com essa questão. Com desfalque da verba do SUS, os
971 serviços de atenção básica, de média e alta complexidade serão garantidos ou terá futuramente,
972 nos seus programas dentro das UMS, aquela questão olha não temos dinheiro para isso ou para
973 aquele outro, fornecimento de remédios, exames complementares, essas coisas todas. Porque
974 geralmente o prejuízo vem para a população curitibana e gostaria de saber se de alguma forma a
975 SMS vai garantir, apesar desse desfalque, que não é pequeno. **Conselheira Irene** – Menciona
976 que de propósito deixou por último porque está preocupada com o encaminhamento, pois
977 estamos discutindo aqui há algum tempo e cabe a esse Conselho fazer algum encaminhamento.
978 E gostaria de ajudar a mesa-diretora no sentido de dar uma proposta de encaminhamento que na
979 verdade já foi feito logo no começo mas tem o medo de a gente ter perdido ao longo da
980 discussão. Concorde com o Evilásio de que toda a documentação seja entregue aos
981 conselheiros ainda neste mês, num prazo de tempo curto para que a gente possa, nos nossos
982 lares, olhar, apreciar esses documentos, especialmente a Comissão de Orçamento. Que a
983 Comissão de Orçamento possa estudar esse documento fazer um parecer e trazer uma
984 devolutiva para esse Conselho na próxima reunião e que haja um tempo pré-definido de, no
985 mínimo, duas horas para que a gente possa então fechar isso, no sentido de a gente ter um
986 parecer. E daí esse Conselho continua acompanhando todo o processo. Se tem processo no
987 Ministério Público, qual é o número, a documentação. Isso é fundamental para todos nós e daí
988 vem a proposta da Simone de fazer esse documento para esclarecer a população, pois só
989 poderemos informar a população quando estivermos muito bem esclarecidos também. Menciona
990 que não querendo aqui desconfiar do financeiro, da administração, muito menos da SMS, pois

991 está há quase trinta anos e conhece muitos do que estão aqui, e a gente sabe que não é de
992 todos. Agora a gente diz que não é de todos porque a gente sabe que teve uma, não é má
993 índole, mas a gente não pode simplesmente acreditar em palavras, a gente quer o documento, a
994 gente quer o parecer técnico baseado em fatos para poder fazer o encaminhamento.
995 **Conselheira Beatriz** - Tem uma dúvida jurídica e perguntou para a doutora Eliane: será que
996 pode espalhar documento que está em investigação na polícia? Coloca que tem dúvidas, irá
997 consultar e se não houver *obstáculo* jurídico legal não tem problema algum, coloca que não
998 entende e que ponderou a questão. Foi feito um protocolo no Ministério Público e deve ter o
999 número, não sabe se eles informam se quiser ver como está o processo, isso pode fornecer. Tem
1000 um número na sindicância na PGM que também pode ser fornecido sem dificuldades nenhuma.
1001 Responde a senhora Sulei que lamenta informar, mas a saúde de Curitiba já perdeu este
1002 dinheiro, o que pode dizer é que não irá se perder mais dinheiro desta forma; o que houve de
1003 prejuízos já foi, o que vai se fazer é tentar resgatar uma parte do dinheiro, se fosse possível seria
1004 todo, que a justiça conseguisse retomar estes R\$ 2.099.000,00 e que eles pudessem ser usados
1005 para nossa cidade. O que certamente vai se ter é o cuidado para que não se tenha mais furo,
1006 vazamento, gente roubando dinheiro novamente a partir deste episódio, mas o prejuízo já foi, é
1007 passado, foram dois milhões de reais, um bom dinheiro ao longo de vários anos. **Irene** –
1008 **SISMUC** – Coloca que estão sugerindo em fazer uma carta solicitando informações à
1009 procuradoria do município, mas sua proposta não é essa, é muito clara e não abre mão. Relata
1010 que sua proposta é que este Conselho encaminhe um expediente solicitando a documentação,
1011 se eles vão negar o problema é lá, mas cabe a este Conselho pedir a documentação e ter esta
1012 documentação e ter na próxima reunião duas horas para ser discutido, se não derem será visto
1013 as medidas jurídicas cabíveis e o Conselho terá que fazer isto para que se tenha acesso, mas
1014 não dá para abrir mão de ter esta documentação. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Informa que a
1015 proposta da Irene será colocada em votação já para poder ser encaminhada. Coloca que a
1016 proposta da Irene é que a Mesa-diretora encaminhe um documento solicitando a documentação
1017 de todo o processo. **Conselheira Irene** – Reforça a proposta ter que ser votada completa,
1018 solicitando o documento e entregando os documentos para todos os conselheiros e
1019 encaminhando à Comissão de Orçamento para que faça um parecer técnico para que na próxima
1020 reunião se possa avaliar o parecer técnico e ver os encaminhamentos em cima dele.
1021 **Conselheira Anelise** – Coloca a proposta de realizar uma reunião extraordinária para que não
1022 venha prejudicar a reunião do Conselho. **Conselheiro Oswaldino** – Informa que faz parte da
1023 Comissão do Orçamento, que concorda com a senhora Irene, mas discorda com a questão de
1024 que a Comissão de Orçamento ter que emitir um parecer técnico a respeito, não é de
1025 competência da Comissão de Orçamento emitir pareceres técnicos a respeito do processo.
1026 **Conselheiro Luiz Tadeu** - Pergunta a senhora Irene se pode fazer a proposta somente da
1027 apresentação dos documentos, pois a Comissão não pode fazer um parecer. **Conselheira Irene**
1028 – Coloca que ao invés de um parecer técnico que tenha uma avaliação da Comissão, mas que a

1029 Comissão se debruce sobre este tema. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Coloca para votação a
1030 proposta que a senhora Irene colocou, quem estiver de acordo que se proceda esta proposta que
1031 foi colocada, com relação aos documentos para os conselheiros e para a Comissão, por
1032 gentileza levantem os crachás. **24 votos favoráveis, 01 voto contra e 01 voto abstenção.**
1033 **Proposta Aprovada.** Relata que com relação a carta, a idéia é boa, só precisamos estar bem
1034 esclarecidos para colocar uma carta ao público, pode-se aguardar um pouco. Pergunta se os
1035 conselheiros estão de acordo. Houve a concordância. Informa o horário que é 16h30 e o item de
1036 pauta é número três porque a segunda pauta foi a explicação da superintendente. **3)**
1037 **Apresentação e aprovação do Plano Operativo da SMS 4º Trimestre/2008 – Inês** –
1038 Cumprimenta a todos, informa que estará apresentando a produção do SUS/Curitiba do 4º
1039 trimestre de 2008 e, paralelamente, a produção do ano, visto que para o fechamento do relatório
1040 de gestão terá que ser colocada a produção do ano e que está sinalizado no documento que foi
1041 encaminhando aos conselheiros. Informa que neste relatório que foi encaminhado, durante a
1042 leitura, poderá ser encontrada alguma observação que traz a situação de correção de algum
1043 dado repassado anteriormente, visto que muitas vezes o dado é preliminar e sofre uma correção
1044 para cima ou para baixo depois da confirmação. Sempre que é feita uma correção em um
1045 relatório de dado já apresentado anteriormente ela é sinalizado. Realiza a apresentação.
1046 **Conselheira Eliane Chomatas** – Ressalta a questão dos dados de produção, que se tem
1047 procurado trabalhar com os dados do DataSUS, que são disponibilizados por um sistema
1048 chamado *tabwin*, e o Ministério, pelas questões todas de tabela, este ano houve várias
1049 dificuldades em colocar num prazo mais rápido estes dados todos no sistema, como se tem o
1050 compromisso de trazer a questão das atividades mesmo sem a produção dos serviços, o
1051 compromisso é que na reunião de abril estará trazendo os dados da produção, as questões
1052 outras do relatório de gestão, e também a questão das pactuações que se tem com o Ministério
1053 da Saúde e lá tem vários outros indicadores que, disponibilizados os relatórios, vai se conseguir
1054 calcular, para que se possa informar estas questões até o dia 15 de abril, pois se tem um prazo
1055 com o Estado. O relatório de gestão será passado na reunião para ser encaminhado à Secretaria
1056 do Estado dentro do prazo útil. Depois das discussões, como ali já tem dados do ano de 2008, e
1057 algumas questões de programa, depois no relatório de gestão que não volte a apresentar todos
1058 os dados com relação aos programas, já que estão ali. Solicita que façam as perguntas para que
1059 na outra reunião possa se agilizar a apresentação, os dados estarão todos disponíveis.
1060 **Conselheiro Luiz Tadeu** – As perguntas estão abertas. **Conselheira Juliane** – No início da
1061 reunião foram chamadas atenções com relação à responsabilidade das coisas que este
1062 Conselho aprova, e durante a apresentação, grande parte do plenário estava do lado de fora, e
1063 vota. Chama atenção dos conselheiros quando dizem que votamos apressadamente, e sem ter a
1064 profundidade daquilo que está sendo votado, mas na hora em que a apresentação foi realizada
1065 muitos estavam do lado de fora. Vamos lembrar das nossas responsabilidades e estamos aqui
1066 para prestar atenção na apresentação. Fica difícil aprovar que houve 17.290 testes de HIV no

1067 trimestre e que isto atende à necessidade da população, da comunidade. Sugere que dentro do
1068 Plano Operativo tenha o impacto na população a demanda reprimida, para aprovar o Plano
1069 Operativo é preciso saber se está dentro daquilo que a comunidade necessita, se está muito
1070 longe da necessidade, o que é preciso melhorar. Fazendo um comparativo entre o Plano
1071 Operativo e a Prestação de Contas, gostaria de entender por que tem programas no Plano
1072 Operativo que não consta no orçamento do trimestre, já que os dois são do 3º trimestre. Vê que o
1073 orçamento está dizendo que foi feita uma lavagem de roupa e tem-se gasto tal, é uma operação
1074 realizada pela Prefeitura Municipal dentro da Secretaria da Saúde, mas isso não consta dentro
1075 do Plano Operativo. Porque existem programas que são apresentados dentro do Plano Operativo
1076 e que não se encontram no orçamento, como, por exemplo, a Saúde Bucal, Programa Mãe
1077 Curitibana, porque tem algumas coisas que estão lá e não estão aqui, o dinheiro vem do
1078 orçamento e por que não consta? Gostaria que fosse feita uma relação do absenteísmo em
1079 relação ao tempo de espera das consultas. As pessoas faltam às consultas, mas estas consultas
1080 são aquelas que estão marcadas de seis meses a um ano, muita vezes a necessidade já passou.
1081 Pergunta se tem alguma ação da Secretaria Municipal da Saúde para saber o por quê deste
1082 índice de absenteísmo. **Conselheira Ivone** – Pergunta se os 6.394 trabalhadores da saúde se
1083 está contando o total com as pessoas que estão afastadas para tratamento de saúde, pessoas
1084 com restrição e licença prêmio e outras. Outra pergunta é se 83% da população é SUS
1085 dependente. Pergunta se tem como saber quantas pessoas se deixa de atender, pois se atende
1086 tanto em oftalmologia, ortopedia, mas quanto se deixa de atender. Coloca que por trabalhar na
1087 US sabe da dificuldade, que muitas vezes o paciente pega a requisição e não vai à consulta,
1088 depois volta para remarcar, pergunta se tem este número das pessoas que vão buscar a
1089 requisição e não vão à consulta, e das pessoas que estão na fila. Atende-se um número X e
1090 deixamos quantos nesta fila? Pergunta como se vai trabalhar nas próximas campanhas de
1091 vacina, pois é um trabalho massacrante porque a população não vai, se vence porque se insiste,
1092 um dia, uma semana, um mês, tendo que atender a demanda toda da unidade e prorrogar para
1093 um mês, dois, quatro meses, quer saber como vai trabalhar isso este ano para que não venha
1094 acontecer novamente, pois está sendo desumano, com poucos recursos humanos para fazer
1095 este trabalho. **Irene – SISMUC** – Reforça, se lembra que na gestão passada do Conselho, já
1096 havia feito um pedido e já havia tido um certo consenso com a mesa de que na apresentação se
1097 pudesse ter um comparativo, que é exatamente o que a conselheira Juliana fala, de qual é a
1098 cobertura, de que adianta dizer que se atende 150 mil consultas para uma população de um
1099 milhão e oitocentos mil pessoas? Precisa sair isso no relatório de gestão, já havia sido
1100 conversado sobre isso, que vá no acompanhamento do Plano Operativo: o que o Plano
1101 Operativo está conseguindo atingir do total da população, não se diz da população curitibana,
1102 mas da população que precisa. Por exemplo: as doenças crônicas degenerativas, se sabe qual é
1103 o índice de cada doença dentro da população, mas qual é a cobertura disso e qual a qualidade
1104 dessa cobertura? Seria legal ter esses dados, poderia estar dentro do site do conselho e que

1105 pudéssemos estar vendo. O apelo é que se faça um relatório mais claro para que todos possam
1106 acompanhar. **Conselheiro Fábio** – Pergunta a Inês com relação ao planejamento familiar,
1107 quando é colocado que o preservativo masculino tem tanto, e no DST/Aids não tem preservativo,
1108 é cotado somente o exame, quer dizer que a prevenção não conta. Chama atenção dos
1109 conselheiros que o total de exames feitos em 2008 é de 56.636mil, o teste de HIV. Para uma
1110 população de um milhão qual é a porcentagem disso? Diz que está na hora de realizar,
1111 novamente, uma nova campanha, como foi feita no lançamento do teste rápido, para esta
1112 população de um milhão, pois o índice de 56 mil é muito baixo em relação a um milhão.
1113 **Conselheiro Evilásio** – Coloca que referente ao SAMU, os tipos de ligações, o que está
1114 demonstrado na página 37, em seu entendimento, correspondem às ligações recebidas para
1115 atendimento, não é atendimento das ambulâncias. Diz que irá refazer seus cálculos, pois achou
1116 uma diferença em um atendimento e outro e não estava conseguindo entender porque achou em
1117 atendimentos um acréscimo de mais de 50% em relação a 2007, de 98 mil para 155 mil em 2008.
1118 Pergunta se esse aumento de demanda corresponde também ao atendimento, se teve aumento
1119 na capacidade de atendimento das ambulâncias, qual era a frota de ambulâncias, já que passado
1120 um ano ela fica mais velha e com isso necessita de manutenção. Gostaria de saber se houve o
1121 aumento da frota para o atendimento nesse sentido, pois se tem 11.627 mil atendimentos de
1122 unidade para 16 mil, no total geral de 82 mil em 2007 para 93 mil em 2008. Houve um acréscimo
1123 também de aproximadamente de 15%. Gostaria de saber se houve aumento na frota das
1124 ambulâncias, e se houve reposição de algum equipamento, pois o que se sabe é que, a cada ano
1125 que passam, elas estão sendo deterioradas pelo uso. **Mari Elaine – SINDSAÚDE** – Relata que
1126 atualmente não é conselheira, mas há dois anos, quando era conselheira, sempre analisava os
1127 relatórios e sempre pedia e volta a pedir, que tem dados ali que não constam e é eles que
1128 interessam. Com relação ao Plano Operativo, entende que isto é um relatório de gestão e que
1129 tem uma série de documentos, decretos, portarias do Ministério que regulamentam como se faz
1130 isso, inclusive tem um documento recente, a portaria 3332 de dezembro de 2006, em que fala no
1131 seu artigo 4º e parágrafo 2º, que o relatório deve conter o resultado da apuração dos indicadores,
1132 a análise da execução da programação física e orçamentária financeira. Analisando brevemente
1133 o relatório diz que desde que nasceu a intenção e a necessidade de fazer o relatório de gestão
1134 como um instrumento de avaliação da gestão, está colocado nas portarias que é preciso ver a
1135 ação desenvolvida e o impacto na saúde da população, se não é gasto um milhão e meio em
1136 dengue e se tem 45 casos de amostra de dengue, não 45 casos de dengue, onde falaram que ali
1137 tenha a larva do mosquito, e a população pagou para uma empresa prestadora de serviços mais
1138 de 500 mil (por) mês, se pensa então que será que índice. O dado de casos de incidência de
1139 dengue é tão grande que precisa desenvolver todo esse dinheiro, pensa como fica a tuberculose,
1140 hanseníase, ratos. O bochincho é necessário, mas o debate também. Coloca o exemplo: se
1141 pegar na página da tuberculose há um resumo depois de todos os dados como casos novos,
1142 casos com cura, óbito, tuberculose resistente e outros. Lá tem esses dados, mas se eu pegar

1143 câncer não sei quantos casos de câncer uterino, de pulmão, de intestino ou ósseo eu tenho em
1144 Curitiba. Com isso ficamos sem saber quantos dados epidemiológicos do município, sabe-se as
1145 ações desenvolvidas e as ações são bem restritas, elas demonstram um monte de capacitação,
1146 palestras, vários folderes, mas outros dados como o epidemiológico não temos, ou as vezes até
1147 o financeiro não se tem. Relacionou, na área de assistência, quais são os que têm os dados
1148 epidemiológicos: hipertensão tem os dados dos casos novos, os em tratamentos, as palestras.
1149 Hipertensão, diabete e tuberculose têm em forma diferente, mas têm. Se pegarmos a saúde do
1150 trabalhador, tem alguns dados de acidentes de trabalho, mas onde residem os três maiores
1151 casos de acidentes de trabalho em Curitiba? É na construção civil? Onde? Assim não se sabe
1152 qual é a ação que precisa ser desenvolvida para o próximo plano de saúde, que é preciso
1153 elaborar este ano. Hanseníase e HIV... Tem um caso de distribuição de preservativo, mas se for
1154 pegar qual é o aumento ou diminuição de casos de HIV em Curitiba não se tem os dados. Como
1155 é um Plano Operativo que resulta do trabalho do ano inteiro, é o resultado do trabalho todo, este
1156 dado deveria estar neste documento. Volta a dizer que muitos dados que estão no Plano
1157 Operativo; não estão na execução orçamentária. Aí se fica em dúvida, pois tudo deveria estar.
1158 **Conselheira Eliane Chomatas** – Relata que quando é feita a apresentação são apresentadas as
1159 ações do trimestre e a prestação de contas; depois, tem o segundo momento que vai para a
1160 Câmara. O relatório de gestão é anual, inclusive, a portaria que saiu é diz respeito ao relatório de
1161 gestão que ele é anual, e tem prazo para ser entregue. Foi clara ao falar que precisa ser
1162 entregue ao Estado no dia 15 de abril e, portanto, na reunião de abril será trazido o relatório de
1163 gestão. Quem tem indicador é o relatório de gestão; o que acontece é que lá têm as pactuações
1164 do pacto e várias questões de indicadores. Quando se tem o trimestre não se têm indicadores de
1165 trimestre, os indicadores epidemiológicos não são desta forma, eles são compilados de forma
1166 anual. Quando se tem indicador de cobertura da hipertensão porque ele é possível ser colocado
1167 ali, vai se colocando o número de pacientes que tem e consegue-se ter o indicador. Os demais
1168 indicadores são anuais. É assim que são prestadas contas e, inclusive, tem pactuações com o
1169 Ministério da Saúde que se tem que encaminhar via *on-line*, tem todos processos aí de prestação
1170 de contas da Secretaria Municipal da Saúde em relação a indicadores pactuados. Talvez não
1171 tenha tornado claro nessa situação; a questão não é o relatório anual de gestão da Secretaria
1172 Municipal da Saúde, tanto é que se fosse o relatório de gestão não poderia estar sendo
1173 apresentado porque não tem os dados de produção, que fazem parte do relatório de gestão. O
1174 que foi apresentado é o Plano de Ações que foram desenvolvidas, do 4º trimestre de 2008.
1175 Informa que a programação era trazer na reunião o Relatório de Gestão com todas as questões,
1176 mas não conseguiu ser fechado pela indisponibilidade de dados do *tabwin*, e se não dá para ter
1177 os dados do *tabwin* não se pode apresentar. Então, será apresentado em abril já que tem um
1178 prazo que permite fazer isso até que se consiga encaminhar para a Secretaria do Estado da
1179 Saúde como é o fluxo constante na portaria que a qual a Mari Elaine se referiu. Em relação ao
1180 HIV, não tem demanda reprimida para solicitação de exame, não tem nenhuma barreira nas

1181 Unidades de Saúde; sem consulta médica, qualquer pessoa pode fazer, não tem cota, a pessoa
1182 pode ir lá e fazer e não tem nenhuma barreira. Por isso não se pode trazer nenhuma demanda
1183 reprimida, reforça que não tem demanda reprimida de exame HIV; isso não existe. Essas
1184 questões epidemiológicas têm dois momentos em que são colocadas: a Comissão de DST/Aids
1185 tem acompanhado as questões, toda vez que solicita está lá; na questão do pacto precisa ser
1186 visto quais os indicadores que estão previstos. Na conferência, com certeza, toda vez que se tem
1187 apresentado, todas as questões e todos os dados estão disponíveis; pode-se trazer aqueles que
1188 estão disponibilizados sem problema. Quanto a relacionar com os gastos da prestação de
1189 contas, por exemplo, lavagem de roupas, com certeza não se vê. O que se vê é nas ações que
1190 são realizadas no CMUM, quando se coloca produção da urgência e emergência das consultas,
1191 aparecem as prestações dos insumos, dos serviços da prestação de contas, que é para a
1192 manutenção da rede, quando é colocado medicamento, na prestação de contas terá a questão
1193 do medicamento é uma coisa lógica, mas os outros insumos que aparecem na prestação de
1194 contas são para dar vazão às questões todas, que são realizadas. Por isso são feitas as
1195 questões das ações e a prestação de contas. Lógico que as pessoas precisam ver que isso é um
1196 insumo e tem alguma relação com a questão das ações que a Secretaria Municipal da Saúde
1197 está realizando, para realizar aquilo precisa o material educativo, o medicamento, a situação de
1198 recursos humanos. Na Saúde Bucal aparecem as ações no Plano Operativo e como é que vai
1199 aparecer na prestação de contas, se tem todos os insumos e recursos humanos da odontologia,
1200 são eles que realizam, compramos os insumos, o material da odonto, que por sinal é caríssimo, e
1201 lá na prestação de contas aparecem os insumos que foram utilizados para realizar a ação, não
1202 se consegue fazer outra situação. Precisa ter este entendimento que está lá na prestação de
1203 contas que aparece e o tem aqui. Com todos os outros programas, o Mãe Curitibana, por
1204 exemplo, o que usa no Mãe Curitibana? Usa o *kit* que é passado para a maternidade, vai estar lá
1205 em insumos, os recursos humanos também estarão em insumos, os prestadores que atendem a
1206 gestante estará dentro do hospital de ensino, maternidades. Lá está o atendimento da gestante,
1207 é assim que vai aparecer, não há outra forma. Com relação às coberturas, que a senhora Irene
1208 havia perguntado, é a mesma situação: vai ser apresentado os dados de cobertura, todos os
1209 dados, todas as pactuações que foram feitas, na questão do relatório de gestão que vai ser
1210 apresentado em abril. Por esse motivo não foi trazido até porque existem dados que não estão
1211 disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Na questão dos preservativos é compilado no
1212 planejamento familiar, tem todos os preservativos que são utilizados na distribuição para as ongs
1213 que fazem um trabalho conjunto, mas é complicado na Unidade de Saúde se codificar quando é
1214 para uma ação ou para outra, pois quando se tem a saída se tem como preservativo, até porque
1215 entende-se que quem está fazendo planejamento familiar também está fazendo prevenção de
1216 DST/Aids. Na questão da campanha, a que foi feita, foi no sentido de sensibilizar as pessoas. É é
1217 lógico isso não basta, temos que sensibilizar as pessoas na questão do HIV no cotidiano como
1218 fez a Comissão de Saúde da Mulher junto com a Comissão do Idoso na Boca Maldita procurando

1219 sensibilizar as pessoas. A campanha serve, podemos estar estudando, tem toda uma
1220 infraestrutura que tem que ser colocada, e toda uma situação, têm outras coisas planejadas, mas
1221 não se diz que não será feita, mas acha que é função dos conselheiros e da secretaria no
1222 cotidiano e da Comissão de DST/Aids especificamente, de sensibilizar as pessoas para o exame,
1223 que ainda é uma situação que precisa avançar. **Conselheiro Fábio** – Diz que o que chamou
1224 atenção é que em 2008, 56.636 em relação à um milhão de habitantes, é muito ínfimo. Isso em
1225 relação há um ano... **Conselheira Eliane Chomatas** – Concorde com o conselheiro Fábio e
1226 relata que ainda se tem muito que caminhar, trabalhando na sensibilização das pessoas, das
1227 ONGs, enfim, procurar mecanismos. Acha que o Ministério da Saúde tem feito um papel
1228 importante na questão televisiva, que é sensibilizar as pessoas na questão da testagem. Na
1229 situação do senhor Evilásio, que coloca a frota do SAMU, sabemos que tem veículos que ficam
1230 em situação de desgaste, foi renovada uma parte da frota. **Conselheira Beatriz** – Informa que a
1231 frota de veículos próprios é de 78 veículos, dos quais 62 são ambulâncias e temos as
1232 ambulâncias mais novas de 2007. Tivemos que ter mais ambulância para dar conta do volume,
1233 essas rodam 24 horas por dia. Há um desgaste bastante grande do veículo por conta disso, é
1234 esse o incremento que tivemos em 2007. **Conselheiro Evilásio** – Coloca que quer fazer um
1235 levantamento sobre isso para saber qual é o número de atendimento por ambulância (ao) dia,
1236 nessas 24 horas que ela roda, para se ter um parâmetro, se estão sendo usadas corretamente,
1237 pois às vezes é solicitada e demora muito a chegar porque está transportando, porque está
1238 atendendo o outro lado, uma série de coisas que precisa fazer um acompanhamento mais de
1239 perto. **Conselheira Eliane Chomatas** – Coloca que podem trazer na Comissão de Assistência,
1240 pois eles têm um monitoramento do tempo de espera, deslocamento da frota, tempo médio, eles
1241 fazem todo este tipo de acompanhamento. Em relação às questões levantadas pela Mari Elaine,
1242 diz novamente que o relatório de gestão irá ser apresentado em abril, e o que está sendo
1243 apresentado é um relatório de ações. **Irene – SISMUC** – Informa que o horário está avançado e
1244 que em três minutos acaba o teto já avançado e ainda temos ponto de pauta e pede
1245 encaminhamento. **Conselheiro Luiz Tadeu** – Coloca que já existe proposta. **Mari Elaine –**
1246 **SINDSAÚDE** – Relata, como primeira questão, que quando era conselheira nunca veio o
1247 relatório de gestão, sempre veio o Plano Operativo anual; a segunda questão é que quando era
1248 conselheira e que o pacto de saúde foi aprovado e que existem realmente pactuações e lógico
1249 que espera a prestação de contas do que foi pactuado, se foram conseguidas aquelas metas ou
1250 não. Coloca que entende que aquele pacto é uma outra prestação de contas que não tem haver
1251 com o relatório de gestão, se será apresentado em abril um relatório de gestão com todos os
1252 índices, entende o seguinte: o Plano Operativo não tem que ser aprovado, pois o relatório é um
1253 documento mais completo e se deixa a discussão para abril. Lembra que a conselheira Beatriz
1254 diz que não precisa fazer a apresentação trimestral. Relata que o relatório tem a totalização do
1255 ano inteiro, podendo ver que são colocados os três trimestres e é totalizado. Entende que
1256 instrumento de gestão é relatório de gestão, plano de saúde e prestação de contas, POA não é

1257 instrumento de gestão no SUS. **Conselheira Eliane Chomatas** – Diz que se forem verificar na
1258 questão de legislação, inclusive, da legislação de auditoria, quando vai aprovar, precisa um
1259 relatório de ações, coloca que se este for o problema, pode ser mudado o nome para relatório de
1260 ações. Relatório de ações é uma situação que precisa prestar contas no conselho, pois depois
1261 este relatório vai para a Câmara Municipal e lá é apresentado o relatório das ações, o relatório
1262 das auditorias que constam aqui, e o relatório financeiro. Isso é obrigatório por lei. Outra situação
1263 que foi regulamentada pelo Ministério da Saúde é a questão do relatório de gestão. Existem duas
1264 situações do relatório de gestão, uma financeira que é encaminhado para o Tribunal de Contas,
1265 que sempre existiu, e a outra é o relatório de gestão, que inclusive foi prestado contas o ano
1266 passado que já tinha a legislação, que é o relatório de gestão com os indicadores. Relata que o
1267 ano passado foi apresentado o relatório de gestão, não se lembra se foi junto com a prestação do
1268 4º trimestre, pode ser que tenha sido coincidente, que foram apresentada as questões dos
1269 indicadores do pacto e a questão do relatório de gestão. O que está se falando é que isso é um
1270 relatório de ações do 4º trimestre, que é o que está na pauta, não foi colocado na pauta como
1271 relatório de gestão, inclusive não poderia ser encaminhada esta situação como relatório de
1272 gestão porque ela nem consta na pauta do Conselho. O que está sendo falado é que o relatório
1273 de gestão será apresentado no mês de abril. Reforça que o apresentado é um relatório de ações
1274 do 4º trimestre e que ainda a questão da produção não está nele contido porque os dados do
1275 Ministério não estão disponibilizados, e será apresentado junto com o relatório de gestão, e
1276 relatório de mortalidade e de outras situações eles só são possíveis de compilar anualmente, não
1277 são situações que se consegue ter as questões em trimestre. Em relação às campanhas de
1278 vacina, apesar de tudo, dá uma sobrecarga à equipe sim, procura-se fazer uma situação de
1279 mobilização com a comunidade, é colocado cartaz em todos os ônibus, é feito material, coloca-se
1280 faixas nas Unidades de Saúde, mas, infelizmente, às vezes se tem uma resposta parcial, e é
1281 preciso prorrogar alguns dias, o que é muito ruim, pois procura-se colocar naquele dia uma
1282 ênfase maior porque o pessoal que está lá é o que está disponível para fazer isso, mas também
1283 é o momento de fazer o trabalho preventivo, acaba-se tendo uma sobrecarga, mas não tem outra
1284 forma. Temos uma situação que parecer ser uma coisa simples, quando se coloca o dado parece
1285 ser tão tranquilo; 95% de cobertura não é simples, é feita com muito esforço das equipes, se
1286 colocar que 25% dos municípios da Região Metropolitana não alcançam índices vacinais de
1287 cobertura, então temos que continuar fazendo esforço sim, pois é o que nos garante que
1288 tenhamos doenças preveníveis sob controle, é um esforço grande, mas é um esforço que dá
1289 resultado. A situação dos mutirões, que foi perguntada, referente ao absentismo, as consultas
1290 do mutirão, todas as pessoas são convidadas a participar do mutirão, se vai na casa da pessoa e
1291 pergunta se ela quer participar do mutirão, é falado para ela ir e se ela disser que sim, no mais é
1292 consultada outra pessoa para ver se ela quer ir, para que possa usar aquele recurso que é
1293 importante. No absentismo que foi colocado, não é esse que se tem na questão comum da
1294 central, as pessoas foram convidadas pessoalmente e se faz um esforço enorme para poder

1295 otimizar isso. O que se quer é que as pessoas se sensibilizem para a situação, se ela não pode ir
1296 que diga que não irá, pois assim se convida outro para ir. **Conselheira Manoela** – Relata a
1297 dificuldade de aprovar e avaliar os dados descolados da demanda e da própria situação que se
1298 enfrenta hoje no município. Outra situação é referente ao relatório de gestão: ele não ficou pronto
1299 por questões técnicas de disponibilização de dados do Ministério, ou motivos que foram alegados
1300 aqui. Lembrando que teremos uma reunião em abril com o relatório de gestão. Diz que temos
1301 que pensar que terá uma reunião que vai ter que ser aprovado. Talvez seja preciso pensar em
1302 uma forma de poder discutir o relatório de gestão para poder encaminhar, colocar propostas e
1303 não ter que aprovar a toque de caixa, como muita coisa tem acontecido. O que foi colocado em
1304 primeiro lugar é a dificuldade de analisar dados separados de uma realidade colocada, e a
1305 segunda aprovar um relatório de gestão com prazo na eminência de ser vencido para aprovar um
1306 relatório desta importância. **Conselheira Beatriz** – Sempre que se está discutindo os assuntos
1307 que dizem respeito em acompanhar e monitorar o trabalho das equipes das Unidades de Saúde
1308 e também aquele trabalho realizado pelos prestadores, há sempre o interesse de que tudo isso
1309 esteja sendo feito com algum objetivo, de melhorar os indicadores para se ter uma cidade mais
1310 saudável. Relata que isso não se consegue nem às vezes anualmente. Por exemplo a
1311 mortalidade infantil: desde que foi lançado o Programa Mãe Curitibana há dez anos, a
1312 mortalidade infantil era 16 por 1000 (nascidos vivos) e agora em 2008 é que se conseguiu
1313 diminuir para 9,79 por 1000 (nascidos vivos). Há indicadores que irão levar algum tempo para ter
1314 a mudança deles. No que diz respeito ao que trimestralmente este conselho está avaliando é
1315 uma forma de dizer: isto está acontecendo na cidade, é isso que as equipes de trabalho estão
1316 fazendo, é isso que os prestadores estão atendendo, são as maiores demandas que se tem, e
1317 isso se chama monitoramento, tendo que apresentar deste jeito porque quando chegar a hora de
1318 apreciar o relatório de impacto, se não temos o acompanhamento trimestral por parte do
1319 conselho, como é que se vai olhar algo de um ano, como alguém falou hoje que o teste da aids
1320 precisa melhorar, pois comparado à população é muito pouco. O que precisa fazer é sensibilizar
1321 as pessoas da importância de saber se tem ou não o vírus para diminuir a transmissão, são
1322 essas as informações que estamos trabalhando, processos de tudo o que está acontecendo. Não
1323 vamos ver aqui aquelas coisas que gostaríamos de ver. Não adianta em cada ano ou dez anos
1324 depois olhar para trás e se perguntar o que faltou para fazer. Se temos um plano, cujo objetivo, e
1325 tem metas pactuadas com outras instâncias, que isso é uma novidade, pois antigamente não
1326 existia isso, e quando a Mari Elaine fala que quando ela era conselheira não tinha relatório é
1327 porque não tinha mesmo, mas a Secretaria sempre trabalhou e construiu vários planos
1328 municipais que diz aonde quer chegar, e se não dizemos onde queremos chegar. Não adianta
1329 olhar o que está se fazendo, mas quando se sabe onde quer chegar, e foram pactuadas as
1330 questões em conferência, temos que olhar o que está acontecendo, se está diminuindo ou
1331 aumentando; às vezes é um pouco chato olhar e dizer o que quer dizer este número. Se em todo
1332 o trimestre não for feita esta avaliação, não vai dar para fazer uma avaliação melhor, tem que se

1333 ter tranquilidade, monitorando trimestralmente. Relata que todos que são responsáveis pelo
1334 desempenho no trabalho das equipes, olham não trimestralmente e sim semanalmente, alguns
1335 indicadores, outros mensalmente. **Conselheira Eliane Chomatas** – Respondendo à senhora
1336 Mari Elaine a situação da dengue: é preciso ser revisto, pois se tem um número pequeno de foco
1337 é porque foi feito muito trabalho. O que acontece é que na situação da dengue a equipe faz um
1338 trabalho no cotidiano, dia a dia, e quem está em casa sabe que eles estão dia a dia na rua
1339 fazendo o controle, fazendo a investigação rápida quando tem que fazer, o Lira, uma série de
1340 atividades fazendo o controle do foco. Cada pessoa que vem pra cá e tem algum caso que
1341 parece importado e tem a suspeita, a equipe vai lá fazer o bloqueio para que não tenha caso
1342 aqui. Essa situação de colocar, lógico que cada patologia é importante, mas não pode minimizar
1343 a questão da dengue. Relata que esta semana veio muita gente das outras secretarias, da
1344 prefeitura inteira, para mobilizar e fazer ações conjuntas integradas (educação, defesa civil,
1345 urbanismo). Estamos o tempo todo falando porque estamos em uma situação que tem risco, tem
1346 o paciente importado, tem o foco, e nada impede que se tenha o início do ciclo. Coloca que
1347 outros lugares do Brasil estão em uma situação complicadíssima, Belo Horizonte que é um lugar
1348 que tem um serviço de saúde bem organizado, está com um número de casos de dengue muito
1349 grande este ano (mais de 300 casos). A Bahia tem 200 casos por dia. Pede colaboração de
1350 todos referente à questão da dengue; é preciso continuar sensibilizando as pessoas.
1351 **Conselheiro Luiz Tadeu** – Por questão de ordem, conselheira Anna fará proposta de uma
1352 reunião extraordinária. Iene fará proposta de pauta caso haja aprovação da reunião
1353 extraordinária. Vamos saber se todas as perguntas estão respondidas para poder fazer a
1354 votação. **Inês** – Em resposta aos questionamentos feitos pela conselheira Ivone esclarece que
1355 estão incluídas todas as licenças porque ali é o quantitativo de recursos humanos. **Conselheiro**
1356 **Luiz Tadeu** – Coloca para aprovação o Plano Operativo do 4º trimestre de 2008. **Solicitação de**
1357 **quorum feita por pessoa não identificado na gravação.** Pede para que levantem os crachás,
1358 17 crachás levantados. **Conselheira Anna Paula** – Informa que não há mais condições de
1359 prosseguir a reunião, os itens que tem são itens de aprovação, já se tinha discutido uma
1360 proposta. Hoje teve aqui uma situação de esclarecimento que abala moralmente as pessoas que
1361 participam deste Conselho e suas responsabilidades, entende que a única questão para que se
1362 cumpra a pauta, se cumpram datas estabelecidas é que a mesa-diretora faça o agendamento de
1363 uma reunião extraordinária para que se dê continuidade à pauta de hoje. **Irene – SISMUC** –
1364 Coloca que se não estamos vencendo a pauta de hoje, provavelmente não vamos vencer a pauta
1365 da reunião extraordinária e nem da ordinária do mês que vem. A próxima reunião do Conselho
1366 será no dia 08 de abril; dia 15 de abril é o último prazo para a LDO entrar na Câmara Municipal
1367 de Curitiba e parece que é um debate que o Conselho não pode se furtar em fazer. Pergunta
1368 como fica isso, pois esperava que estivesse na pauta de hoje, esperava que a LDO fosse
1369 encaminhada para as entidades acompanharem e trazerem propostas de emendas e outros para
1370 a reunião de hoje, mas pelo visto ficará para a próxima e vai ficar muito em cima. Pede para que

1371 a LDO entre na pauta da reunião extraordinária e que a mesa tenha bom senso ao ver a pauta da
1372 reunião extraordinária, pois este assunto não dá para deixar para depois. **Conselheiro Luiz**
1373 **Tadeu** – Informa que a reunião extraordinária ficou marcada para o dia 31 de março – terça-feira.
1374 Como não tem mais quorum, a única coisa que gostaria de falar é parabenizar as estudantes de
1375 fisioterapia da PUC. Pede que elas se levantem e agradece a presença. Coloca que a senhora
1376 Beatriz irá ler um comunicado que recebeu com relação a problemática de furto, roubo, desvio.
1377 **Conselheira Beatriz** – Relata que na verdade tem uma informação que a justiça bloqueia bens
1378 de funcionários da Prefeitura de Curitiba, referindo-se ao caso que se está tratando. O juiz de
1379 direito Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, da terceira vara da fazenda, concedeu
1380 liminar da ação cautelar e indisponibilidade dos bens ajuizada pela PGM (Procuradoria Geral do
1381 Município) contra os três servidores e mais uma pessoa envolvida no desvio de recursos do
1382 Fundo Municipal de Saúde. Coloca a disposição de todos se quiserem ver. Responde a pergunta
1383 quem são as pessoas. Responde que é Marinete, o esposo e a irmã. Perguntam como é o nome
1384 do esposo e da irmã, responde que não sabe o nome deles e nem sabia que eles eram
1385 servidores. É informado a ela que o nome do esposo é Marcelo e a irmã se chama Emídia.
1386 **Conselheiro Luiz Tadeu** – Nada mais a colocar dá-se por encerrada a reunião do Conselho,
1387 reforça a reunião extraordinária do dia 31 de março. Esta ata foi redigida por Silvana Silva de
1388 Souza Borri, secretária executiva do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba.